

UFRRJ

INSTITUTO DE AGRONOMIA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

DISSERTAÇÃO

**ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: CONHECIMENTOS DE
EDUCADORES DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, MINAS GERAIS.**

HELOISA HELENA SILVA ROCHA MAGALHÃES

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: CONHECIMENTOS DE
EDUCADORES DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, MINAS GERAIS.**

HELOISA HELENA SILVA ROCHA MAGALHÃES

Sob Orientação da Professora Doutora
Luciana Helena Maia Porte

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no curso de pós-graduação em Educação Agrícola, área de concentração em Agroindústria.

Seropédica, RJ
Março de 2016

630.7

M188a

T

Magalhães, Heloisa Helena Silva Rocha, 1977-
Alimentação e nutrição: conhecimentos de
educadores do município de Água Boa, Minas
Gerais / Heloisa Helena Silva Rocha
Magalhães - 2016.

51 f.

Orientador: Luciana Helena Maia Porte.

Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de
Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 38-45.

1. Ensino agrícola - Teses. 2.
Representações sociais - Teses. 3.
Educadores - Teses. 4. Educação de crianças
- Teses. 5. Crianças - Nutrição - Teses. I.
Porte, Luciana Helena Maia, 1975-. II.
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação
Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

HELOISA HELENA SILVA ROCHA MAGALHÃES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no curso de pós-graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Agroindústria.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/____.

Luciana Helena Maia Porte (Dra.) UFRRJ
(Orientadora)

Nádia Maria Pereira de Souza (Dra.) UFRRJ
(Membro interno)

Alcilúcia Oliveira (Dra.) IFRJ
(Membro externo)

“DEPENDE DE TI ACORDAR E VIVER,
VALORIZANDO O TEMPO QUE O SENHOR TE CONFERE,
ESTENDENDO O DOM DE AUXILIAR E APRENDER,
AMAR E SERVIR.”

(CHICO XAVIER)

“TEMOS DE NOS TORNAR A
MUDANÇA
QUE QUEREMOS VER NO MUNDO...”

(MAHATMA GANDHI)

DEDICO ESSE TRABALHO AOS MEUS FILHOS LUIZ E ANDRÉ,
AO MEU AMOR E MARIDO WEMERSON,
A MINHA MÃE MAURA E FAMILIARES,
E A DEUS POR ME PERMITIR ESSE NOVO CAMINHO
REPLETO DE ESPERANÇAS.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a. Luciana Helena Maia Porte, pela orientação e paciência em mostrar ao longe o caminho construído dia após dia e agora na comissão julgadora da dissertação.

À Prof.^a Dr.^a. Sandra Regina Gregório, pelas suas orientações na qualificação.

À Prof.^a Dr.^a. Nádia Maria Pereira de Souza, pelas suas orientações na qualificação e agora na comissão julgadora da dissertação.

Ao professor Dr. Gabriel de Araújo Santos, pelas suas orientações na qualificação. Pelo carinho em nos receber e sua atenção ao longo do curso.

Ao professor Dr. Ricardo Luís Louro Berbara, pelas suas orientações na qualificação.

Ao professor Dr. Allan Rocha Damasceno, pelas suas orientações na qualificação.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por ter oportunizado, em especial a professora Sandra e amiga de todo o curso.

Ao professor Gabriel de Araújo Santos, Sandra Barros Sanchez (*in memoriam*) e demais professores e funcionários da UFRRJ e especial o PPGEA, espaços de aula, e estágios, alimentação, pela acolhida, apoio e receptividade durante a minha permanência no curso.

Em especial e em memória:

À Prof.^a Dr.^a. Sandra Barros Sanchez, pelo seu carinho em nos receber e sua atenção ao decorrer do curso. Pela carinhosa e amável professora, eterna na sua simplicidade pura e verdadeira. Qualquer palavra é pouco para seu enorme carinho conosco nessa trajetória. Saudades de ti, professora Sandra.

RESUMO

MAGALHÃES, H.H.S.R. **Alimentação e nutrição: conhecimentos de educadores do município de Água Boa, Minas Gerais**. 2016. 51p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2016.

Os saberes de educadores sobre alimentação e nutrição são a base para a formação de hábitos alimentares saudáveis no âmbito escolar, sendo estes, elementos chave para o processo de educação alimentar e nutricional de crianças. Assim sendo, conhecer como estão construídos o conjunto destes saberes para este grupo, é de extrema relevância para o planejamento educacional e de saúde. Diante do exposto, este trabalho objetivou analisar o conhecimento sobre alimentação e nutrição de todos os educadores da educação infantil do município de Água Boa, Minas Gerais. Foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, embasada na Teoria das representações sociais, com todos os professores de educação infantil do município de Água Boa. Verificou-se que todos são do sexo feminino e que 86% apresentam ensino superior completo. A maioria dos educadores já participou de atividades pedagógicas envolvendo o tema de alimentação e nutrição e relatam a existência de projetos sobre a temática na escola em que trabalham. Constatou-se que nenhum dos educadores integra o colegiado escolar de suas instituições, embora 80% destes educadores aleguem conhecer o projeto político pedagógico. Para os educadores, a educação alimentar e nutricional (EAN) é importante para a promoção de hábitos alimentares saudáveis das crianças. Contudo, os saberes dos educadores sobre educação alimentar e nutricional estão construídos sobre a dimensão biológica da alimentação, englobando sua relação com o corpo e a saúde. As dimensões culturais, sociais e psicológicas da EAN não são reconhecidas pelos educadores. As temáticas envolvendo a EAN são trabalhadas de forma isolada pelos educadores. Concluiu-se que os educadores apresentam seus saberes de EAN construídos com base na dimensão biológica da alimentação, fazendo-se necessário a realização de trabalhos com este grupo sobre as demais dimensões da EAN, através da valorização da cultura alimentar, do sistema de produção de alimentos local. É preciso que tenha incentivo para participação destes educadores no colegiado escolar, bem como trabalhar a temática da EAN de forma transversal.

Palavras-chave: Representação social; Educadores; Educação infantil; Educação alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

MAGALHÃES, H. H. S. R. **Food and nutrition: knowledge of educators at Água Boa, Minas Gerais.** 2016. 51p. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2016.

The knowledge of educators on food and nutrition are the basis for the formation of healthy eating habits in schools, and are essential for the process of food and nutritional education of children. Therefore, know how they're built all of this knowledge for this group it is extremely important for educational planning and health. Thus, this study aimed to analyze knowledge about food and nutrition of all educators of early childhood education of Água Boa, Minas Gerais. A survey was conducted with a qualitative approach, grounded in the theory of Social Representations, with all preschool teachers of Água Boa. It was found that all are female and 86% have completed higher education. Most educators has participated in educational activities involving the issue of food and nutrition and report the project stocks on the subject in the school in which they work. It was found that none of the educators part of the school faculty of its institutions, although 80% of these educators anyone knows the political pedagogical project. For educators, food and nutrition education is important to promoting healthy eating habits of children. However, the knowledge of educators and nutritional education are based on the biological feed perspective, covering its relationship with the body and health. Cultural, social and psychological dimensions of food and nutrition education are not recognized by educators. The issues involving food and nutritional education are taught in isolation by educators. It follows that educators have their knowledge food and nutrition education built on biological feed perspective, making it necessary to carrying out work with this group on the other dimensions of food and nutritional education, through the enhancement of food culture, the local food system. These educators need encouragement to participate in the school faculty, as well as working the theme of food and nutritional education transversely.

Key word: Social representation; Educators; Child education; Food and Nutrition education.

LISTA DE ABREVIADURAS E SIGLAS

AEE - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

CAE – CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CECANES – CENTROS COLABORADORES EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR

CGEAN – COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

CME – COMPANHA DE MERENDA ESCOLAR

CNME – COMANHA NACIONAL DE MERENDA ESCOLAR

DCNS – DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

DCNT – DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

DHAA – DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

DHAA – DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

DSC – DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

EAN – EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

LOSAN – LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MDSCF - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

PCCN – PROGRAMA DE COMBATE AS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS

PCN – PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

PLANSAN – PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PMA – PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS

PNAE – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

PNAN – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO

POF – PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES

PPA – PLANO PLURIANUAL

PRONAN – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

PSA – PROGRAMA DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR

SAN – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SAN – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SBP – SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA

SESAN – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SISAN – SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SUAS – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

VET – VALOR ENERGÉTICO TOTAL

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Caracterização dos educadores do ensino infantil do município de Água Boa, MG.	26
Tabela 2. Tempo de atuação, experiência e formação dos educadores do ensino infantil do município de Água Boa, Minas Gerais.....	27
Tabela 3. A vivência em Educação alimentar e nutricional na formação dos educadores do ensino infantil do município de Água Boa, MG.....	28

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Atividades pedagógicas desenvolvidas sobre a temática de Educação Alimentar e nutricional pelos professores da educação infantil, expressa em frequência absoluta (n). 34
- Figura 2.** Temas apontados pelos professores de educação infantil como de maior interesse para obtenção de conhecimento sobre Alimentação e Nutrição, expressos em frequência absoluta (n). 35

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
2.1. Transição Nutricional no Brasil: Um Olhar Atento para a Infância	4
2.2. A Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção de Hábitos Saudáveis.....	6
2.3. Políticas Públicas para a Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar ..	13
2.3.1. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	16
2.3.2. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	19
2.4. Representações Sociais: Conceitos, Metodologias e Aplicações no Campo da Alimentação e Nutrição	21
2.5. Água Boa, Minas Gerais: <i>Locus</i> da Pesquisa	24
3. METODOLOGIA	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
6. REFERÊNCIAS	38
7. ANEXOS	46
ANEXO I.....	47
ANEXO II	49
ANEXO III.....	51

1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

A escola, por ser um lugar em que muitas pessoas passam boa parte do seu tempo, representa um local e um tempo especial para promover a saúde. Ao integrar alunos e familiares, professores, funcionários e profissionais da saúde, a escola se torna um ambiente ideal para realizar atividades educativas, reforçando seu papel de transformar-se em um meio favorável à convivência saudável, ao desenvolvimento psico-afetivo, ao aprendizado e ao trabalho de todos que ali se relacionam, proporcionando um núcleo de promoção de saúde local (COSTA, RIBEIRO e RIBEIRO, 2001).

Considerando a escola um ambiente propício para o processo educativo, o professor é o membro central da equipe de saúde escolar, pois, além de ter maior contato com os alunos, está envolvido na realidade social e cultural de cada discente e possui uma similaridade comunicativa (DAVANÇO, TADDEI e GAGLIANONE, 2004).

Diante do aumento da prevalência de obesidade, torna-se urgente estudar estratégias de intervenção que permita o seu controle. As práticas alimentares são destacadas como determinantes diretos dessa doença e a educação nutricional tem sido abordada como tática a ser seguida para que a população tenha uma alimentação mais saudável e, dessa forma, um peso adequado (TRICHES e GIUGLIANI, 2005).

A educação do professor é o primeiro passo para estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar. Com a formação do professor nessa área se terá um bom desempenho para a promoção da saúde e da nutrição escolar (DAVANÇO, TADDEI e GAGLIANONE, 2004).

Segundo Davanço, Taddei e Gaglianone (2004), pode-se notar que muitos professores apresentam um comportamento alimentar de risco, sendo estes responsáveis pelo modelo de comportamento alimentar para os alunos. Para que o professor se transforme em agente promotor de hábitos alimentares saudáveis é importante que possua, além dos conhecimentos teóricos de dieta equilibrada, uma postura consciente de sua atuação na formação dos hábitos alimentares do aluno.

A escolha desta temática foi pautada nas minhas experiências profissionais vivenciadas em salas de aulas e em atuação em prefeituras, nas quais percebi a necessidade de se trabalhar os conceitos e representações da alimentação e nutrição no âmbito escolar. A identificação com a área deste estudo também tem uma relação direta com minha trajetória de formação acadêmica, tendo em vista que sou Nutricionista, Economista Doméstica, com Especialização em Tecnologia e Qualidade de Alimentos Vegetais, e Especialização em Nutrição Humana e Saúde, demonstrando meu interesse pela área de alimentos e alimentação e suas interfaces com as áreas de saúde e educação.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o mais antigo programa social do Governo Federal, na área de educação, além de ser um dos mais antigos programas de nutrição do país, sendo, atualmente, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tendo como objetivos: a melhoria das condições nutricionais, a contribuição para a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2004). Além disso, entre as diretrizes do PNAE ganharam destaque a necessidade da aplicação da educação alimentar e nutricional como parte no processo ensino aprendizagem da escola e o imperativo de que estas ações educativas perpassem transversalmente pelo currículo escolar (BRASIL, 2006).

De grande importância também foi a introdução do conceito sobre alimentação saudável que ganhou espaço na pauta oficial das políticas de alimentação e nutrição no âmbito

dos Ministérios da Saúde e Educação do país, considerando-a como direito humano, envolvendo aspectos alimentares que garantam condições biológicas, sociais e culturais dos indivíduos, de acordo com as fases do curso da vida e com base em práticas alimentares que assumam os significados sócio-culturais dos alimentos (BRASIL, 2006). Neste sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar surgiu como possibilidade para o redimensionamento das ações desenvolvidas no cotidiano escolar, podendo ter um papel estratégico para mudanças das práticas alimentares dos escolares. Pode ainda ser considerado um instrumento pedagógico para promoção da educação em saúde e nutrição, contextualizando as práticas de educação nutricional numa perspectiva mais ampla de construção da cidadania (COSTA, RIBEIRO e RIBEIRO, 2001; DAVANÇO, TADDEI e GAGLIANONE, 2004; CUNHA, 2007).

Cabe considerar ainda que a educação nutricional pode se constituir como um importante meio de apoio à promoção e construção do conhecimento em saúde e nutrição, ultrapassando, inclusive, as abordagens que a consideram como ações de caráter informativo sobre os alimentos, com predomínio do enfoque do aprender a comer (CUNHA, 2007).

Desta forma, diferentes experiências brasileiras no âmbito da escola têm sido reconhecidas pelo desenvolvimento de uma série de ações que possibilitam ampliar, de forma significativa, o papel da alimentação escolar para a promoção da educação em saúde e nutrição.

Salienta-se que o FNDE indica que o Estado deve dar prioridade à seleção dos alimentos que compõem o cardápio do programa, conforme a vocação agrícola e agroindustrial da localidade, com o propósito de incentivar o desenvolvimento local sustentável, apoiando os projetos de aquisição de alimentos da agricultura familiar e de cooperativas de pequenos produtores (BRASIL, 2006).

Assim, pensar na escola como uma instituição onde a utilização do alimento local, orgânico seja um dos elementos do projeto pedagógico pode abrir possibilidades de novas abordagens educativas para estudantes, professores e dirigentes. Para isto, há necessidade de reflexão de como são desenvolvidas as ações de educação agrícola em saúde e nutrição dentro do processo de introdução destes alimentos na alimentação escolar.

De acordo com as Diretrizes curriculares nacionais de 2013 (BRASIL, 2013, p.19), a Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania. É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo-emocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tomam-se, portanto, exigências do projeto educacional.

As crianças são inseridas no mundo dos direitos humanos e são definidos não apenas o direito fundamental da criança à provisão (saúde, alimentação, lazer, educação lato senso) e à proteção (contra a violência, discriminação, negligência e outros), como também seus direitos fundamentais de participação na vida social e cultural, de ser respeitada e de ter liberdade para expressar-se individualmente. Esses pontos trouxeram perspectivas orientadoras para o trabalho na Educação Infantil e inspiraram inclusive a finalidade dada no artigo 29 da Lei nº 9394/96 às creches e pré-escolas (BRASIL, 2013).

Com base nesse paradigma, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo principal promover o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade garantindo a cada uma delas o acesso a processos de construção de conhecimentos e a aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças. Daí decorre algumas condições para a organização curricular.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de 2013 (BRASIL, 2013), a educação alimentar e nutricional deve ser tratada universal e integradamente, permeando todo o currículo, no âmbito dos demais componentes curriculares, sendo obrigatória em decorrência da Legislação específica, a Lei nº11.947 (2009), que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica.

Diante destas considerações, o presente trabalho teve como objetivo geral: Analisar o conhecimento sobre alimentação e nutrição dos educadores da educação infantil da rede municipal do município de Água Boa, Minas Gerais. Os objetivos específicos deste trabalho foram: Identificar o perfil dos educadores das escolas da rede Municipal de Água Boa; Caracterizar a opinião dos educadores sobre a importância da educação alimentar e nutricional para as crianças; Verificar como estes conhecimentos são trabalhados na educação alimentar e nutricional dos alunos da rede municipal de Água Boa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Transição Nutricional no Brasil: Um Olhar Atento para a Infância

Segundo Batista Filho e Rissin (2003), deve-se a Josué de Castro, com sua obra *Geografia da Fome*, o trabalho pioneiro de consolidar e sistematizar informações sobre a situação alimentar e nutricional do Brasil. O livro, em sua primeira edição (1946), foi lançado numa época em que, afora o referencial relativamente seguro sobre necessidades nutricionais, valor nutritivo dos alimentos e, por conseguinte, estimativas de adequação da dieta consumida, não se dispunha de um elenco consistente de indicadores antropométricos, clínicos e bioquímicos devidamente padronizados para a avaliação do estado nutricional em escala epidemiológica. Ademais, eram escassas e não representativas, sob o aspecto estatístico, as informações então disponíveis, de modo que o autor teve de recorrer a ousados recursos de generalização para compor um primeiro cenário da problemática alimentar/nutricional do país.

No Brasil, a maior parte dos estudos sobre nutrição realizada no século passado concentrava-se nos aspectos da desnutrição. Porém, dados mais recentes mostram redução da desnutrição e aumento de sobrepeso e obesidade em crianças, situação de “transição epidemiológica nutricional” que se caracteriza por diminuição de doenças transmissíveis e aumento das doenças crônicas não transmissíveis. Nesse contexto, compartilham o mesmo cenário dois extremos da má nutrição: desnutrição pela carência e obesidade pelo excesso, o que se pode chamar de paradoxo nutricional. Portanto, a obesidade e o sobrepeso constituem, na atualidade, importantes problemas de Saúde Pública, pelas elevadas taxas de prevalência, não somente em adultos, mas principalmente em crianças e adolescentes brasileiros. O excesso de peso soma-se, em alguns casos, à dislipidemia e à hipertensão arterial como fatores de risco para o aparecimento de eventos cardiovasculares (LAMOUNIER, 2009).

Para Escoda (2002), a transição nutricional brasileira em curso reside na mudança do padrão de estado nutricional ocorrido e tem como características a complexificação desse quadro por configurar-se desigual e combinado.

Para Batista Filho e Rissin (2003), não se pode descartar, no contexto de eventos que condicionaram a transição nutricional ao Brasil, os possíveis efeitos dos chamados programas ou atividades de Nutrição operados ou promovidos pelo setor saúde, com o incentivo ao alimento materno, o Programa de Suplementação Alimentar - PSA, ou seu sucedâneo, o Programa de Combate as Carências Nutricionais (PCCN) e, mais recentemente, o Programa Bolsa Alimentação, ainda sem uma massa de experiência que possa indicar seus possíveis resultados, ou, outros programas, a exemplo da conhecida “Merenda Escolar”, hoje não mais “merenda” e sim apenas de “Alimentação Escolar”, com cerca de 30 milhões de beneficiários, bem como a distribuição de cestas básicas de alimentos, em situações emergenciais e, ainda, projetos de menos escalas, a exemplos de programas de distribuição de leite fluido, mantidos por governos estaduais em São Paulo, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e outras unidades Federativas. São programas que utilizam diferentes concepções, parcerias, objetivos, estratégias, merenda escolar tendo muitas vezes, caráter transitório e com exceção, o mais estável e difundido de todos.

Fatores externos socioambientais têm sido considerados de maior relevância na incidência de obesidade do que os fatores genéticos. Dentre os principais fatores externos relacionados ao desenvolvimento da obesidade, destacam-se a exposição prolongada à

escassez de alimentos – intra ou extrauterina – levando à desnutrição e tendência à obesidade posteriormente, a transição nutricional com a troca do padrão tradicional para o contemporâneo (preferência por alimentos industrializados) e o estilo de vida urbano, marcado pelo sedentarismo da população. Consequências importantes dessas mudanças são as doenças associadas ao excesso de peso. Aterosclerose e hipertensão arterial, doenças típicas de adultos, são processos iniciados na infância e relacionados à obesidade. Na atualidade, não há dúvida de que uma abordagem preventiva deve ser iniciada já na infância e adolescência. Além de ser uma intervenção benéfica, é na infância que são formados os hábitos alimentares e de estilo de vida saudável com redução do sedentarismo e estímulo à atividade física (LAMOUNIER, 2009).

A Organização Mundial de Saúde aponta a obesidade como um dos maiores problemas de saúde pública no mundo. A projeção é que, em 2025, cerca de 2,3 bilhões de adultos estejam com sobrepeso; e mais de 700 milhões, obesos. O número de crianças com sobrepeso e obesidade no mundo poderia chegar a 75 milhões, caso nada seja feito (ABESO, 2016).

No Brasil, a obesidade vem crescendo cada vez mais. Alguns levantamentos apontam que mais de 50% da população está acima do peso, ou seja, na faixa de sobrepeso e obesidade. Entre crianças, estaria em torno de 15% (ABESO, 2016)

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-2009) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Saúde, apresentou um aumento importante no número de crianças acima do peso no país, principalmente na faixa etária entre 5 e 9 anos de idade. O número de meninos acima do peso mais que dobrou entre 1989 e 2009, passando de 15% para 34,8%, respectivamente. Já o número de obesos teve um aumento de mais de 300% nesse mesmo grupo etário, indo de 4,1% em 1989 para 16,6% em 2008-2009. Entre as meninas esta variação foi ainda maior.

Segundo Martins, Walder e Rubiatii (2010), a alimentação adequada é indiscutível em qualquer idade. Contudo, o processo de Transição Nutricional, tem contribuído negativamente com uma vida mais saudável, inclusive na infância. Uma alternativa para reverter esta situação seria implementar atividades de educação nutricional nas escolas, possibilitando a obtenção de conhecimentos básicos sobre alimentação e nutrição.

Além da participação da família e da escola, é necessário o envolvimento das sociedades científicas (divulgar os trabalhos científicos que mostrem os benefícios de uma alimentação adequada e da prática de atividade física), da mídia (evitar propaganda de alimentos não nutritivos nos horários de programação infantil na TV; promover estilo de vida saudável), da indústria alimentícia (produzir alimentos com menor conteúdo de gordura total, saturada, sal e açúcar; fornecer melhores informações nos rótulos dos produtos alimentícios) e dos órgãos governamentais (criar, obrigatoriamente, nas áreas urbanas centros recreativos e parques com maior segurança e maior espaço para pedestres; estimular o transporte ativo com ciclovias seguras; controlar melhor os rótulos dos alimentos e os subsídios para produtos com baixa densidade energética). A prevenção da obesidade é mais barata e mais eficiente do que o tratamento de suas morbidades (SBP, 2012).

2.2. A Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção de Hábitos Saudáveis

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN), no contexto da realização do direito humano à alimentação adequada e da garantia da segurança alimentar e nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012).

A alimentação é uma prática social, resultante da integração das dimensões biológica, sociocultural, ambiental e econômica. A EAN requer, portanto, uma abordagem integrada que reconheça as práticas alimentares como resultantes da disponibilidade e acesso aos alimentos, além dos comportamentos, práticas e atitudes envolvidas nas escolhas, nas preferências, nas formas de preparação e no consumo dos alimentos. Por esse motivo, vários profissionais podem e devem desenvolver ações do EAN (BRASIL, 2012).

A alimentação saudável deve atender aos princípios ou “leis da alimentação” da quantidade, da qualidade, da adequação e da harmonia, suprindo de forma equilibrada o total calórico e de nutrientes necessários ao organismo, respeitando as diferenças individuais e/ou coletivas relativas às características biológicas como idade, peso, altura, estado fisiológico e também às características socioeconômicas e culturais como gênero, etnia e preferências pessoais. A alimentação adequada e saudável também deve atender as formas de produção de alimentos sócio e ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos, biológicos, orgânicos e oriundos da biotecnologia (BRASIL, 2012).

A publicação “O Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as “Políticas Públicas”, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (BRASIL, 2012), ressalta que deve adotar-se o termo *Educação Alimentar e Nutricional* e não o termo *Educação Nutricional* para que “os escopos de ações abranjam desde os aspectos relacionados ao alimento, a alimentação e aos nutricionais”, cujo objetivo principal da ação é a promoção da alimentação saudável.

As abordagens educativas e pedagógicas adotadas em Educação Alimentar e Nutricional (EAN) devem privilegiar os processos ativos, que incorporem os conhecimentos e práticas populares, contextualizados nas realidades dos indivíduos, suas famílias e grupos e que possibilitem a integração permanente entre a teoria e a prática. O caráter permanente indica que a EAN precisa estar presente ao longo do curso da vida respondendo às diferentes demandas que o indivíduo apresenta, desde a formação dos hábitos alimentares na primeira infância à organização da sua alimentação fora de casa na adolescência e idade adulta (SANTOS, 2012).

Do ponto de vista teórico-metodológico, a educação alimentar e nutricional está direcionada nos documentos para assumir uma perspectiva da educação popular cunhada no pensamento de Paulo Freire, com ênfase na dialogicidade e na autonomia do sujeito. Nesta direção, ainda mescla-se algumas contribuições da pedagogia construtivista. Assim, fala que os discursos recorrem ao enfoque da problematização contrapondo aos métodos tradicionais baseados nas técnicas expositivas, a fim de promover uma prática reflexiva dos sujeitos sobre si e sobre as questões pertinentes às suas práticas alimentares (SANTOS, 2012).

“A educação é um ato político! Educação é tanto um ato político quanto um ato político - educativo (FREIRE, 2007)”.

A escola, por ser um lugar em que muitas pessoas passam boa parte do seu tempo, representa um local e um tempo especial para promover a saúde. Ao integrar alunos e familiares, professores, funcionários e profissionais da saúde, a escola se torna um ambiente ideal para realizar atividades educativas, reforçando seu papel de transformar-se em um meio favorável à convivência saudável, ao desenvolvimento psico-afetivo, ao aprendizado e ao trabalho de todos que ali se relacionam, proporcionando um núcleo de promoção de saúde local (COSTA, RIBEIRO e RIBEIRO, 2001).

Considerando a escola um ambiente propício para o processo educativo, o professor é o membro central da equipe de saúde escolar, pois, além de ter maior contato com os alunos, está envolvido na realidade social e cultural de cada discente e possui uma similaridade comunicativa (DAVANÇO, TADDEI e GAGLIANONE, 2004).

Diante do aumento da prevalência de obesidade, torna-se urgente estudar estratégias de intervenção que permitam o seu controle. As práticas alimentares são destacadas como determinantes diretos dessa doença e a educação nutricional tem sido abordada como tática a ser seguida para que a população tenha uma alimentação mais saudável e, dessa forma, um peso adequado (TRICHES e GIUGLIANI, 2005).

A educação do professor é o primeiro passo para estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar. Com a formação do professor nessa área se terá um bom desempenho para a promoção da saúde e da nutrição escolar (DAVANÇO, TADDEI e GAGLIANONE, 2004).

Pode-se notar que muitos professores apresentam um comportamento alimentar de risco, sendo estes responsáveis pelo modelo de comportamento alimentar para os alunos, já que segundo Davanço, Taddei e Gaglianone (2004), para que o professor se transforme em agente promotor de hábitos alimentares saudáveis é importante que possua, além dos conhecimentos teóricos de dieta equilibrada, uma postura consciente de sua atuação na formação dos hábitos alimentares do aluno.

As práticas alimentares do indivíduo são resultadas de decisões, conscientes ou não, estreitamente relacionadas à cultura alimentar de sua região, à tradição alimentar de seu convívio social e às transformações decorridas do acesso à informação científica e popular. No entanto, no campo do conhecimento da alimentação e da nutrição, mais do que proporcionar o acesso a essas informações, torna-se fundamental estimular a autonomia dos indivíduos a fim de possibilitar que os mesmos atuem intencionalmente e com independência de influências (“liberdade”), o que demanda um consistente processo educativo. É nesse propósito que a educação alimentar e nutricional, na perspectiva do DHAA (Direito Humano à Alimentação Adequada) e da SAN (Segurança Alimentar e Nutricional), desempenha uma função estratégica para a promoção de hábitos alimentares saudáveis (DE OLIVEIRA; SOUSA OLIVEIRA, 2008).

A implementação da educação nutricional, como obrigatória no ensino fundamental evidencia-se como uma política pública premente, essencial às necessidades nutricionais, de saúde e sociais da população escolar, demandando investimentos em sua concretização e nos requisitos técnico-científicos fundamentais à sua efetivação (BIZZO e LEDER, 2005).

Santos (2012) considera que a educação alimentar e nutricional tem sido alvo de debates na busca de concebê-la como uma ação governamental. Entretanto, em que pese seus avanços, se reconhece a existência de um hiato entre as formulações das políticas e as ações desenvolvidas no âmbito local. Permanece também um hiato entre discursos e as práticas em seu torno das ações educativas. Conclui-se que a educação alimentar e nutricional é menos um instrumento do que um dispositivo de ações conjugadas que devem envolver diferentes

setores e disciplinas, entretanto, demanda investimentos na formação profissional e na produção de conhecimento no campo.

Santos (2012) evidencia em seu estudo que, embora haja uma preocupação crescente em relação às bases teórico- metodológicas que regem as ações educativas em alimentação e nutrição, as mesmas também se situam em modelos tradicionais baseados na transmissão de informações com a hegemonia de técnicas como palestras, produção de materiais informativos, dentre outros.

Os sistemas de educação formal dos países constituem um cenário ideal para a realização de ações educativas com a população em idade escolar durante etapas formativas muito importantes de sua vida, pois se parte do reconhecimento de que meninos, meninas, adolescentes e jovens são os atores sociais do amanhã, e que as escolas são uma instância onde os estudantes podem ter acesso à informação, ao conhecimento, exemplo e apoio necessários ao desenvolvimento de hábitos e estilos de vida saudáveis (IPPOLITO-SHEPHERD, 2006).

Há evidência científica que demonstra que os programas de prevenção às doenças que se centram principal ou exclusivamente na transmissão de informação e conhecimentos são pouco efetivos, razão pela qual as intervenções educativas para o fomento da saúde no âmbito escolar devem levar em conta a grande diversidade de fatores que influenciam o comportamento humano. Mesmo assim, devem fundamentar-se numa visão multidisciplinar e integral de saúde que inclua a análise dos fatores sociais, políticos e econômicos que afetam a vida cotidiana. Conseqüentemente, este componente da estratégia procura fortalecer a capacidade (“empoderamento”) de meninos, meninas e jovens, mediante processos educativos estruturados nas escolas que lhes facilite adquirir e pôr em prática os conhecimentos, atitudes, valores, habilidades e competências necessárias à promoção e proteção da própria saúde, a de sua família e a da comunidade.

Um dos grandes desafios para educadores e sanitaristas consiste em transcender os enfoques tradicionais de abordar a educação para a saúde, enfoques esses caracterizados pelo ensino de conteúdos isolados de temas de saúde que têm pouca ou nenhuma relação com a realidade do estudante em seus entornos familiar e comunitário, e que enfatizam aspectos cognitivos e didáticos do processo educativo com escassa valorização ou franco desconhecimento dos processos afetivos e da inteligência emocional; além disso, não levam em conta a participação dos estudantes e outros membros da comunidade escolar na seleção de temas e na avaliação do processo de ensino e aprendizado, e dão pouca atenção ao uso de técnicas interativas e participativas que contribuem para fazer da experiência educativa um processo mais agradável e de maior impacto para todos os envolvidos (IPPOLITO-SHEPHERD, 2006).

Exemplificando como a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) se articula com a formação profissional da comunidade escolar, as ações de educação permanente são realizadas por equipes intersetoriais constituídas por iniciativa das Secretarias de Educação, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), diretamente ou por meio dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANES), entre outros. São sujeitos da formação, a depender da iniciativa específica, os gestores, professores, coordenadores pedagógicos, profissionais que preparam a alimentação escolar, nutricionistas, bem como os produtores de alimentos, em especial os agricultores familiares. Resultados importantes têm sido alcançados, principalmente, relacionados à incorporação do tema alimentação e nutrição nos currículos e nas formações permanentes dos profissionais de educação; a um maior

envolvimento da comunidade escolar; à diversificação da alimentação escolar e às ações educativas e à aproximação entre os saberes técnico e popular (BRASIL, 2012).

Boog (1999) destacou o silêncio em que permaneceram as práticas educativas em alimentação e nutrição durante quase vinte anos a partir da década de 1970, sobretudo na área de nutrição clínica e dietoterapia. A autora ainda destaca o ressurgimento tímido, da educação nutricional após este “exílio” de quase vinte anos que ocorreu não só nas organizações e serviços, mas também no âmbito acadêmico, caracterizado pela falta de pesquisas e estudos sobre o assunto.

Na tentativa de refletir sobre como a educação alimentar e nutricional se configura no âmbito local, Santos (2012) recorreu à análise de publicações nacionais, selecionadas do banco de dados da Bireme, utilizando o descritor “educação alimentar e nutricional” e “educação nutricional”. O intuito foi identificar algumas tendências do ponto de vista teórico-metodológico que norteiam ações no campo em estudo. A autora ressalta que a grande maioria das publicações estudadas destina-se menos as elaborações teórico-metodológicas do que aos relatos de experiências de programa educativos e/ ou avaliação de intervenções nutricionais educativas. Destaque ainda deve ser dado aos estudos de avaliação de intervenções, desenvolvidos com pacientes atendidos em nível ambulatorial, ou em grupos específicos, como ainda com escolares e, em menor escala, trabalhadores. Neste grupo predominam os estudos quantitativos, com desenhos quase experimentais, que se propõem a apresentar uma avaliação de um programa educativo desenvolvido a partir de dados mensuráveis, seja de mudanças comportamentais, inquéritos de consumo, os efeitos na própria composição corporal a partir dos parâmetros antropométricos, bioquímicos e/ou clínicos, por exemplo.

Santos (2012) também verificou neste mesmo levantamento, que existem outros estudos que buscam uma abordagem metodológica qualitativa que, através de entrevistas e/ou questionários, procuram identificar a percepção dos sujeitos sobre a alimentação saudável. Os modelos de intervenção educativa utilizados nestes estudos são variados tendo, todavia, a predominância de palestras e cursos com métodos expositivos. Estes últimos se situam em tendências metodológicas clássicas agregadas às terminologias “exposições dialogadas” ou “exposições dinamizadas”, e ainda o uso de recursos como as dramatizações e os vídeos, dentre outros. Em linhas gerais, tais técnicas procuram “facilitar” o diálogo em torno do conteúdo estabelecido. Por outro lado, encontram-se intervenções baseadas no modelo do aconselhamento dietético, assim como oficinas culinárias, e na perspectiva da educação ambiental, com hortas escolares. Em sua maioria, as intervenções não são descritas em detalhes, apenas citados aspectos quanto ao período, os conteúdos abordados e as técnicas utilizadas.

A alimentação da criança, desde o nascimento e nos primeiros anos de vida do Pré-Escolar, do Escolar e do Adolescente tem repercussões ao longo de toda a vida. É considerada como um dos fatores mais importantes para a saúde da criança. Nesta fase, além de suprir as necessidades nutricionais, também é uma das principais formas de contato com o mundo externo. O que reforça o vínculo afetivo com os pais e contribui para a construção de novos hábitos alimentares no âmbito do lar para a criança do (Pré-Escolar, Escolar e do Adolescente) e a família (ANDRADE, 2005).

O comportamento alimentar das crianças, assim como suas preferências alimentares, são influenciadas por fatores genéticos ou hereditários e também por fatores ambientais. Nestes últimos estão incluídas as relações sociais, que poderão influenciar positivamente ou negativamente (ANDRADE, 2005).

À medida que a criança começa a frequentar outros ambientes, como a escola, se inicia uma intensa socialização, onde novas influências serão sofridas. Há uma grande tendência em repetir o comportamento de professores e de outras crianças, que podem ser bons ou ruins. Por isso a necessidade do incentivo de uma alimentação saudável (ANDRADE, 2005).

Outro fator de influência na alimentação infantil é uma resposta inata de neofobia alimentar (aversão e rejeição a alimentos novos), comum nas crianças até os dois anos, mais que diminui com a exposição repetida a novos alimentos (ANDRADE, 2005). A neofobia deve ser encarada como uma resposta normal ou de adaptação da criança em desenvolvimento. A aceitação de novos alimentos ocorre de forma progressiva e natural.

Um fator importante para se resgatar pela criança o interesse desse alimento anteriormente rejeitado é trabalhar diversas formas de preparação de um mesmo alimento, como exemplo a carne (cozida, assada, ensopada, frita, empanada, e etc.) Importante que ofereça o alimento anteriormente rejeitado no cardápio da criança e aos poucos, com novas preparações, e sem forçar o consumo desse alimento.

A televisão é também um fator de influência, na maioria das vezes negativa. Um estudo da disciplina de nutrologia, ligada ao Departamento de Pediatria da UNIFESP, analisou durante um mês todo o conteúdo das campanhas publicitárias de produtos alimentícios voltadas para crianças veiculadas nos intervalos de programas infantis de televisão, concluindo que, a cada 10 minutos de exibição, 1 minuto tem como objetivo estimular o consumo de produtos alimentícios com alto teor de gordura saturada e açúcar refinado. Segundo a Organização Mundial de Saúde, 30 segundos de propaganda já seriam suficientes para exercer forte influência (UNIFESP, 2005).

Diante desta situação apresenta-se a necessidade urgente de programas escolares voltados para a saúde, nutrição e qualidade de vida, para que em um processo de educação nutricional as crianças possam aprender a se alimentar com qualidade. É necessário ensiná-las o quanto antes, como escolher os alimentos que irão consumir. Dessa forma é possível construir hábitos alimentares que irão repercutir de forma positiva na vida da criança e, por conseguinte torná-la um adulto saudável (SOUSA, 2006).

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP (2006), na fase pré-escolar, a criança apresenta ritmo de crescimento regular e inferior ao do lactente. A velocidade de crescimento estatural e o ganho de peso são menores do que nos dois primeiros anos de vida, com conseqüente, decréscimo nas necessidades nutricionais e no apetite. Por desconhecimento os familiares atribuem este fato, a uma doença e não a um fator fisiológico, chegando à consulta pediátrica com a queixa de inapetência. Isto pode acarretar diagnósticos errôneos de anorexia e o uso inadequado de medicamentos estimulantes do apetite. Além disto, o comportamento alimentar da criança pré-escolar caracteriza-se por ser imprevisível e variável: a quantidade ingerida de alimentos pode oscilar, sendo grande em alguns períodos e nula em outros; caprichos podem fazer com que o alimento favorito de hoje seja inaceitável amanhã; ou que um único alimento seja aceito por muitos dias seguidos. Se os pais não aceitarem este comportamento como transitório e reagirem com medidas coercitivas, este poderá se transformar em distúrbio alimentar real e perdurar em fases posteriores. Por essa razão é necessário o conhecimento de alguns aspectos importantes da evolução do comportamento alimentar na infância:

– Crianças em fase de formação do hábito alimentar, não aceitam novos alimentos prontamente. Essa relutância em consumi-los é conhecida como neofobia, isto é, a criança nega-se a experimentar qualquer tipo de alimento desconhecido e que não faça parte de suas preferências alimentares. Para que esse comportamento modifique-se, é necessário que a criança prove o novo alimento, em torno de 8 a 10 vezes, mesmo que seja em quantidade

mínima. Somente dessa forma, a criança conhecerá o sabor do alimento e estabelecerá seu padrão de aceitação.

– O apetite é variável, momentâneo e depende de vários fatores, entre eles, idade, condição física e psíquica, atividade física, temperatura ambiente, ingestão na refeição anterior. Criança cansada ou super estimulada com brincadeiras pode não aceitar a alimentação de imediato, assim como também, no verão, seu apetite pode ser menor do que no inverno. O apetite pode diminuir se, na refeição anterior, a ingestão calórica foi grande; é regulado pelos alimentos preferidos pela criança, sendo estimulado pela forma de apresentação da alimentação (cor, textura, cheiro).

– Os alimentos preferidos pela criança são os de sabor doce e muito calóricos. Essa preferência ocorre porque o sabor doce é inato ao ser humano, não necessitando de aprendizagem como os demais sabores. É normal a criança querer comer apenas doces, cabe aos pais, portanto, colocar os limites quanto ao horário e quantidade.

– A criança tem direitos fundamentais na alimentação, tais como, à quantidade que lhe apeteça, às preferências e aversões e à escolha do modo (utensílios) como o alimento lhe é oferecido.

A criança possui mecanismos internos de saciedade que determinam a quantidade de alimentos que ela necessita, por isso, deve ser permitido o seu controle de ingestão.

Quando a criança já for capaz de se servir à mesa e comer sozinha, essa conduta deverá ser permitida e estimulada.

Devem ser respeitadas as preferências alimentares individuais tanto quanto possível.

Quando a criança recusa insistentemente um determinado alimento, o ideal é substituí-lo por outro que possua os mesmos nutrientes, ou variar o seu preparo, se ele for fundamental.

– Os conflitos nas relações familiares e na relação mãe-filho são demonstrados com clareza na alimentação pela criança, na tentativa de chamar a atenção de que algo não está bem.

– Comportamentos como recompensas, chantagens, subornos, punições ou castigos para forçar a criança a comer, devem ser evitados, pois podem reforçar a recusa alimentar da criança.

São necessárias orientações gerais para que a conduta alimentar da criança seja saudável e a formação do hábito adequada:

– As refeições e lanches devem ser servidos em horários fixos diariamente, com intervalos suficientes para que a criança sinta fome na próxima refeição (SBP, 2006).

Um grande erro é oferecer ou deixar a criança alimentar-se sempre que deseja, pois assim, não terá apetite no momento das refeições. O intervalo entre uma refeição e outra deve ser de duas a três horas.

Na fase pré-escolar, o esquema alimentar deve ser composto por cinco ou seis refeições diárias, com horários regulares: café da manhã – 8h; lanche matinal – 10h; almoço – 12h; lanche vespertino – 15h; jantar – 19h e algumas vezes lanche antes de dormir

– É necessário que se estabeleça um tempo definido e suficiente para cada refeição. Se nesse período a criança não aceitar os alimentos, a refeição deverá ser encerrada e oferecido algum alimento apenas na próxima.

– O tamanho das porções dos alimentos nos pratos deve estar de acordo com o grau de aceitação da criança Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2006).

É muito freqüente a mãe, por preocupação, servir uma quantidade de alimento maior do que a criança consegue ingerir. O ideal é oferecer uma pequena quantidade de alimento e perguntar se a criança deseja mais.

Oferecer a sobremesa como mais uma preparação da refeição, evitando utilizá-la como recompensa ao consumo dos demais alimentos. A oferta de líquidos nos horários das refeições deve ser controlada porque o suco, a água e, principalmente, o refrigerante distendem o estômago, podendo dar o estímulo de saciedade precocemente. O ideal é oferecê-los após a refeição, de preferência água ou sucos naturais. Os refrigerantes não precisam ser proibidos, mas devem ser ingeridos apenas em ocasiões especiais.

A criança deve ser confortavelmente acomodada à mesa com os outros membros da família.

A aceitação dos alimentos se dá não só pela repetição à exposição, mas também, pelo condicionamento social e a família é o modelo para o desenvolvimento de preferências e hábitos alimentares. Portanto, é importante que desde o primeiro ano de vida, na introdução dos alimentos complementares, a criança observe outras pessoas se alimentando. O ambiente na hora da refeição deve ser calmo e tranquilo, sem a televisão ligada ou quaisquer outras distrações como brincadeiras e jogos.

É importante que a atenção esteja centrada no ato de se alimentar para que o organismo possa desencadear seus mecanismos de saciedade. O ambiente tranquilo facilitará a confiança e o prazer da criança em se alimentar.

– Envolver a criança nas tarefas de realização da alimentação como participar da escolha do alimento, da sua compra no mercado ou feira e da preparação dos alimentos.

– A monotonia alimentar, sem variações do tipo de alimento e de preparações é um fator que pode tirar o apetite e o interesse da criança pelo alimento. Assim, uma alimentação equilibrada deve ser representada por uma refeição com grande variedade de cores, texturas, formas interessantes e colocação no prato de forma atrativa. Embora, seja desaconselhável fazer com que a criança aceite os alimentos somente se estiverem enfeitados.

– Limitar a ingestão de alimentos com excesso de gordura, sal e açúcar, pois são comprovadamente fatores de risco para as doenças crônicas, não transmissíveis no adulto.

– Preocupar-se com a qualidade de gordura consumida, limitando o uso de gorduras tipo "trans" e saturadas, estimulando o consumo de gorduras monossaturadas e poliinsaturadas, principalmente na forma de ômega 3.

– Oferecer alimentos ricos em ferro, cálcio, vitamina A e D e zinco, pois são essenciais nesta fase da vida, Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2006);

A faixa etária escolar compreende crianças de sete a dez anos de idade. Esse período caracteriza-se por maior atividade física, ritmo de crescimento constante com ganho mais acentuado de peso próximo ao estirão da adolescência Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2006).

Há crescente independência da criança que, na maioria das vezes, inicia as atividades escolares por volta dos sete anos e formação de novos laços sociais com adultos e indivíduos da mesma idade.

Essas transformações, aliadas ao processo educacional, são determinantes para o aprendizado em todas as áreas e para o estabelecimento de novos hábitos. Além da grande importância da família, a escola passa a desempenhar papel de destaque na manutenção da saúde (física e psíquica) da criança (SBP, 2006).

A seguir são apresentadas, resumidamente, as diretrizes gerais para a alimentação do escolar de acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria (MATOS, et. al, 2006).

Sugestões de porções para compor a alimentação de crianças em idade escolar durante um dia, baseada na Pirâmide Alimentar. Crianças em idade escolar – Valor Energético Total (VET) 2000 Kcal (pães e cereais: 6 porções, verduras e legumes: 4 porções, frutas: 4 porções,

leguminosas: 1 porção, carne e ovos: 2 porções, leites e produtos lácteos: 3 porções, açúcares e doces: 2 porções, óleos e gorduras: 1 porção.

1. Ingestão de nutrientes em quantidade e qualidade adequadas ao crescimento e desenvolvimento desta faixa etária.

2. Alimentação variada, que inclua todos os grupos alimentares, conforme as DRI (Ingestão Dietética de Referência), evitando-se o consumo de refrigerantes, balas e outras guloseimas.

3. Consumo diário e variado de frutas, verduras e legumes, ótimas fontes de calorias, minerais, vitaminas hidrossolúveis e fibras.

4. Consumo restrito de gorduras saturadas e trans para profilaxia de aterosclerose e doença coronariana na vida adulta.

5. Controle da ingestão de sal para prevenção de hipertensão arterial.

6. Consumo adequado de cálcio para formação adequada da massa óssea e profilaxia da osteoporose na vida adulta.

7. Controle do ganho excessivo de peso através da adequação da ingestão de alimentos ao gasto energético e desenvolvimento de atividade física regular.

No estado de Santa Catarina, lei implantada em dezembro de 2001, proíbe a venda de guloseimas e refrigerantes nas cantinas de escolas públicas e particulares do ciclo básico e as obriga a disponibilizar pelo menos dois tipos de frutas da estação.

Na cidade do Rio de Janeiro- RJ, a partir de um decreto de abril de 2002, também ficou proibida a venda de guloseimas nas cantinas e no entorno das escolas da rede municipal de ensino.

Em São Paulo, portaria conjunta da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo, do Interior e da Diretoria do Departamento de Suprimento Escolar, de 23/03/2005, propõe normas para o funcionamento das cantinas escolares incluindo lista de alimentos permitidos e proibidos para comercialização. Ações governamentais regulatórias, como as acima citadas, não são muito eficazes, se não houver medidas educativas concomitantes. Ainda não existe no Brasil um programa oficial de educação nutricional para escolas públicas.

2.3. Políticas Públicas para a Educação Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar

A EAN é um campo de ação da Segurança Alimentar e Nutricional e da Promoção da Saúde e tem sido considerada uma estratégia fundamental para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos. Entre seus resultados potenciais identifica-se a contribuição na prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais, bem como a valorização das diferentes expressões da cultura alimentar, o fortalecimento de hábitos regionais, a redução do desperdício de alimentos, a promoção do consumo sustentável e da alimentação saudável (BRASIL, 2012).

Enquanto política pública, a EAN pode ocorrer em diversos setores e deverá observar os princípios organizativos e doutrinários do campo no qual está inserida. Assim, na esfera da segurança alimentar e nutricional, deverá observar os princípios do SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) na saúde, os princípios do SUS (Sistema Único de Saúde), na educação, os princípios da PNAE, na rede sociassistencial, os princípios do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e assim sucessivamente. A esses princípios estruturantes se somam: I. Sustentabilidade social, ambiental e econômica; II. Abordagem do

sistema alimentar na sua integralidade; III. Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas; IV. A comida e o alimento como referências: Valorização da culinária enquanto prática emancipatória; V. A Promoção do autocuidado e da autonomia; VI. A Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos; VII. A diversidade nos cenários de prática; VIII. Intersetorialidade; IX. Planejamento, avaliação e monitoramento das ações (BRASIL, 2012).

A Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional (CGEAN) tem por objetivo desenvolver ações de Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. E pertence ao Departamento de Estruturação e Integração dos Sistemas Públicos Agroalimentares (DEISP) da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2015a).

Para tanto, a CGEAN desenvolve suas ações segundo os objetivos traçados pelo Plano Plurianual (PPA - 2012-2015) e pelo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN -2012-2015) (BRASIL, 2015a).

Santos (2005) observou a crescente importância dada à educação alimentar e nutricional nos documentos que elaboram as políticas públicas no campo da alimentação e nutrição no Brasil. Partiu da análise da formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar, da Estratégia Fome Zero, assim como da Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde. Em seguida, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Promoção da Saúde e o Programa de Saúde Escolar, em 2006 e 2008, respectivamente.

A promoção de saúde entre crianças maiores de cinco anos de idade, habitualmente não é prioridade nas políticas de saúde oficiais, em particular no ambiente escolar, não obstante requeiram intensivas ações nesse sentido, incluindo programas educativos em nutrição (BIZZO e LEDER, 2005).

De Oliveira e Sousa Oliveira (2008) relatam que a educação alimentar e nutricional enquanto ação governamental, destacam no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), prevista como uma ação estruturante na Estratégia Fome Zero, desempenhando uma função estratégica para a promoção da segurança alimentar e nutricional em todas as suas dimensões. Percorrendo desde a produção até o consumo dos alimentos, considerando aspectos éticos, culturais, socioeconômicos e regionais, entre outros, na promoção de hábitos alimentares adequados e saudáveis. As ações de educação alimentar e nutricional do MDS, a partir de 2006, ficaram sob responsabilidade da Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional (CGEAN), vinculada ao Departamento de Apoio a Projetos Especiais na Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Deste modo, a CGEAN visa “promover a educação alimentar e nutricional visando à alimentação adequada e saudável no sentido de prazer cotidiano, de modo a estimular a autonomia do indivíduo e a mobilização social, valorizar e respeitar as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos sociais e etnias na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)”.

No âmbito do Ministério da Educação, vale lembrar que a escola tem sido um dos espaços mais focados pelas políticas públicas de alimentação e nutrição com a promoção da alimentação saudável, reconhecida como o lócus prioritário de formação de hábitos e escolhas. Um exemplo disso é a publicação da já supracitada Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006, destinada para tal fim, que institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio das

redes públicas e privadas, em âmbito nacional, em que as ações de educação alimentar e nutricional é um dos eixos prioritários. O histórico Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), desenvolvido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, tem sofrido inúmeras alterações no seu aparato legal propiciando cada vez mais a incorporação da promoção da alimentação saudável no ambiente escolar como uma importante meta. Inúmeros projetos em parceria com outros órgãos focalizam esta ação e, juntamente a ela, a educação alimentar e nutricional a exemplo: “Dez Passos para Alimentação Saudável na Escola”, em parceria com o Ministério da Saúde, “Projeto Criança Saudável Educação Dez” com o Ministério do Desenvolvimento Social, “Projeto Alimentação Saudável nas Escolas” com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Projeto Educando com a Horta Escolar, juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO. É também uma meta desejada a incorporação do tema alimentação saudável no projeto político pedagógico da escola, perpassando por todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares, o que foi previsto nos documentos que regem o Programa (SANTOS, 2012).

A alimentação escolar em seu caráter educativo, que transpõe o ato de manutenção da condição de integridade fisiológica e/ou de repasse de alimentos, tratando-a como uma questão econômica, política e social que visa a manutenção do pequeno agricultor em seu local de origem, valorizando seus hábitos e costumes, preservando a cultura em que foi criado, bem como questão de conservação do meio ambiente, tema transversal que deve estar pautado em todo o fazer pedagógico nas unidades escolares.

Entretanto, em que pese os avanços da discussão sobre o tema no âmbito das políticas nacionais, esta não se faz devidamente representativa nos âmbitos estaduais e municipais. A sua não estruturação nestas duas últimas esferas certamente contribui para um distanciamento em relação à esfera central. Vale lembrar que a implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, tema de avaliação durante um seminário nacional no SUS, promovido pela CGPAN/ MS, completou 10 anos em 2010. É nesta ocasião que nos seminários municipais e estaduais, que precederam tal evento, iniciaram a formulação de proposições de políticas locais, após os constantes investimentos na capacitação de recursos humanos para operar estas questões (SANTOS, 2012).

A relevância da pesquisa também pode ser destacada considerando a Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) que enfoca a necessidade de fomentar mudanças sócio-ambientais, em nível coletivo, para favorecer as escolhas saudáveis no nível individual (OMS, 2004).

Tais observações estão também presentes nos objetivos e perspectivas das recomendações da Portaria Interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006, que institui as diretrizes para Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas (BRASIL, 2006a).

A importância pode ainda ser destacada considerando-se a necessidade de se analisar como as ações de educação agrícola em saúde e nutrição estão sendo desenvolvidas dentro dos temas transversais propostos pelas Diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ministério da Educação nas escolas e dos municípios.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) indica que o Estado deve dar prioridade à seleção dos alimentos que compõem o cardápio do programa, conforme a vocação agrícola e agroindustrial da localidade, com o propósito de incentivar o desenvolvimento local sustentável, apoiando os projetos de aquisição de alimentos da agricultura familiar e de cooperativas de pequenos produtores (BRASIL, 2006b).

Assim, pensar na escola como uma instituição onde a utilização do alimento local, orgânico seja um dos elementos do projeto pedagógico pode abrir possibilidades de novas abordagens educativas para estudantes, professores e dirigentes. Para isto, há necessidade de reflexão de como são desenvolvidas as ações de educação agrícola em saúde e nutrição dentro do processo de introdução destes alimentos na alimentação escolar.

Dentro destes dados em estudo, vem contribuir as Diretrizes Curriculares da Educação Básica de 2013 (BRASIL, 2013). Os fundamentos que orientam a nação brasileira estão definidos constitucionalmente no artigo 1º da Constituição Federal, que trata dos princípios fundamentais da cidadania e da dignidade da pessoa humana, do pluralismo político, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Nessas bases, assentam-se os objetivos nacionais e, por conseqüência, o projeto educacional brasileiro: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania. É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo-emocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tomam-se, portanto, exigências do projeto educacional (BRASIL, 2013).

Além das finalidades da educação nacional enunciadas na Constituição Federal (artigo 205) pleno desenvolvimento de pessoas na LDB (artigo 2º), que têm como foco, a preparação para exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, deve-se considerar integralmente o previsto na Lei nº 8.069/90, que assegura, à criança e ao adolescente de até 18 anos, todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa, as oportunidades oferecidas para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. São direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito mútuo, à liberdade, à convivência familiar e comunitária (artigos 2º, 3º e 4º).

2.3.1. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o mais antigo programa social do Governo Federal, na área de educação, além de ser um dos mais antigos programas de nutrição do país, sendo, atualmente, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tendo como objetivos: a melhoria das condições nutricionais, a contribuição para a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2004).

Do ano de criação até recentemente, várias formulações foram sendo implementadas, incluindo-se a discriminação, a abrangência do programa, a descentralização dos recursos, entre outros (BRASIL, 2004).

Além disso, entre as diretrizes do PNAE ganharam destaque à necessidade da aplicação da educação alimentar e nutricional como parte no processo ensino aprendizagem da escola e o imperativo de que estas ações educativas perpassem transversalmente pelo currículo escolar (BRASIL, 2006b).

Outro ponto importante foi à introdução do conceito sobre alimentação saudável que, atualmente, ganhou espaço na pauta oficial das políticas de alimentação e nutrição no âmbito

dos Ministérios da Saúde e Educação do país, considerando-a como direito humano, envolvendo aspectos alimentares que garantam condições biológicas, sociais e culturais dos indivíduos, de acordo com as fases do curso da vida e com base em práticas alimentares que assumam os significados sócio-culturais dos alimentos (BRASIL, 2006c).

Neste sentido, o Programa de Alimentação Escolar surge como possibilidade para o redimensionamento das ações desenvolvidas no cotidiano escolar, podendo ter um papel estratégico para mudanças das práticas alimentares dos escolares. Pode ainda ser considerado um instrumento pedagógico para promoção da educação em saúde e nutrição, contextualizando as práticas de educação nutricional numa perspectiva mais ampla de construção da cidadania (COSTA, RIBEIRO e RIBEIRO, 2001; DAVANÇO, TADDEI e; GAGLIANONE, 2004).

No histórico relato do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação (FNDE, 2015), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, e que o correto se chama alimentação escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado.

O Programa tem sua origem no início da década de 40, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação ao escolar. Entretanto, não foi possível concretizá-la, por indisponibilidade de recursos financeiros.

Na década de 50, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É nele que, pela primeira vez, se estrutura um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública.

Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação.

Em 1956, com a edição Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional.

A partir de 1976, embora financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, o programa era parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). Somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais.

Principais avanços - A Medida Provisória nº 2.178, de 28/6/2001 (uma das reedições da MP nº 1.784/98), propiciou grandes avanços ao PNAE. Dentre eles, destacam-se a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local.

Outra grande conquista foi a instituição, em cada município brasileiro, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do Programa. Isso se deu a partir de outra reedição da MP nº 1.784/98, em 2 de junho de 2000, sob o número 1979-19. Atualmente, os CAEs são formados por representantes

de entidades civis organizadas, dos trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo.

A partir de 2006, uma conquista fundamental foi a exigência da presença do nutricionista como Responsável Técnico pelo Programa, bem como do quadro técnico composto por esses profissionais em todas as Entidades Executoras, o que permitiu uma melhoria significativa na qualidade do PNAE quanto ao alcance de seu objetivo.

Outro marco que merece destaque, a partir de 2006, foi estabelecimento de parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior, culminando na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar – CECANES, que são unidades de referência e apoio constituídas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do PNAE, com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino, (FNDE, 2015).

Dentre essas atividades, merecem destaque as capacitações dos atores sociais envolvidos no Programa.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é conhecido mundialmente como um caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável. Nesse contexto, é importante ressaltar os Acordos Internacionais firmados com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura – (FAO) e com o Programa Mundial de Alimentos – (PMA), por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a apoiar o desenvolvimento Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada (FNDE, 2015).

Em 2009, a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, trouxe novos avanços para o (PNAE), como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do (FNDE) sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Outra mudança importante foi a inclusão do atendimento, em 2013, para os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado – (AEE), para os da Educação de Jovens e Adultos semipresencial e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral (FNDE, 2015).

Em relação aos recursos financeiros, o (PNAE) transfere per capita diferenciados para atender as diversidades étnicas e as necessidades nutricionais por faixa etária e condição de vulnerabilidade social. Dessa forma, merece destaque o fato de o Programa priorizar os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas quanto à aquisição de gêneros da Agricultura Familiar, bem como diferenciar o valor do per capita repassado aos alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos. Em 2012, aumentou o valor repassado aos alunos matriculados em creches e pré-escolas, sob a diretriz da política governamental de priorização da educação infantil (FNDE, 2015).

Em 17 de junho de 2013, foi publicado a Resolução FNDE nº 26, que fortalece um dos eixos do Programa, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), ao dedicar uma Seção às ações de EAN. Essa medida vai ao encontro das políticas públicas atuais relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), visto a existência do Plano Nacional Combate à Obesidade e do Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT), (FNDE, 2015).

2.3.2. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Instituído pelo Art. 19 da Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n. 6.447, de 07 de maio de 2008, compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação. Esses alimentos são distribuídos gratuitamente a pessoas ou famílias que precisam de suplementação alimentar (porque estão em situação de insegurança alimentar e nutricional) e também a entidades de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros. Os alimentos adquiridos pelo PAA também podem compor estoques públicos estratégicos de alimentos (BRASIL, 2015).

O PAA é coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Para o alcance dos objetivos do Programa, o PAA é desenvolvido em seis modalidades diferentes: a) Compra com Doação Simultânea; b) Compra Direta; c) Apoio à Formação de Estoques; d) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite; e) Compra Institucional e f) Aquisição de Sementes. O orçamento do PAA é composto por recursos do MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (BRASIL, 2015)

Historicamente a comercialização da produção agrícola familiar sempre gerou frustração e desestímulo para os pequenos agricultores, entregues, invariavelmente, a intermediários que, quando adquiriam suas colheitas, o faziam por preço vil (EMBRAPA, 2015).

A criação do PAA, por instrumento legal, representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com isto - e em articulação com outras ações - eleva-se significativamente o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas menos assistidas do meio rural (EMBRAPA, 2015).

No Brasil, o fornecimento de alimentos ao escolar teve início na década de 30, com o objetivo de auxiliar no combate à desnutrição energético-protéica, que era um distúrbio nutricional com alta prevalência na nossa população (PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 1996).

É óbvio que a merenda escolar não pode ser entendida como solução para os diferentes distúrbios nutricionais encontrados entre os alunos que a consomem e as famílias precisam ser orientadas neste sentido (SBP, 2006).

Por outro lado, há necessidade de o programa de alimentação escolar contemplar além das recomendações nutricionais por faixa etária, da qualidade do alimento oferecido, das diferenças regionais em relação a hábitos alimentares e disponibilidade de alimentos, também a questão da transição nutricional que está acontecendo no país (SBP, 2006).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do Ministério da Educação, estabeleceu em 23 de agosto de 2004 (Resolução n. 38), critérios para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as formas de transferência legal dos recursos financeiros às Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e às Escolas Federais (SBP, 2006). A clientela do PNAE inclui alunos matriculados em creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental da rede pública dos

estados, do Distrito Federal e dos municípios ou em estabelecimentos mantidos pela União e as escolas indígenas. Este programa tem como objetivo atender às necessidades nutricionais dos alunos, durante a permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento; a aprendizagem e o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis (SBP, 2006).

Com relação aos participantes do PNAE, o FNDE é responsável pela assistência financeira, em caráter complementar, bem como pela normatização, coordenação, monitoramento e fiscalização do programa, além de promover a avaliação da sua efetividade e eficácia. As Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal e as Prefeituras Municipais recebem e complementam os recursos financeiros transferidos pelo FNDE e executam o programa. O PNAE também conta com o Conselho de Alimentação Escolar, que é um colegiado deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, instituído no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e constituído por sete membros (1 representante do poder executivo; 1 representante do poder legislativo; 2 representantes dos professores; 2 representantes de pais de alunos; 1 representante de outro segmento da sociedade civil),(SBP, 2006).

Destaca-se a importância do estudo, pela necessidade de se analisar como a partir dos conhecimentos dos educadores da rede municipal podem ser desenvolvidas ações de educação em saúde e nutrição dentro dos temas transversais, propostos pelas Diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) nas escolas do município em estudo. Além de contribuir para o alcance dos objetivos e perspectivas das recomendações da Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006, que institui as diretrizes para Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas (BRASIL, 2006a).

Também se pode destacar que a proposta desta pesquisa, está em consonância com a recomendação da Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) que enfoca a necessidade de fomentar mudanças sócio-ambientais, em nível coletivo, para favorecer as escolhas saudáveis em nível individual (OMS, 2004).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aprovada no ano de 1999, integra os esforços do Estado brasileiro, que por meio de um conjunto de políticas públicas propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação.

A completar-se dez anos de publicação da PNAN, deu-se início ao processo de atualização e aprimoramento das suas bases e diretrizes, de forma a consolidar-se como uma referência para os novos desafios a serem enfrentados no campo da alimentação e nutrição no Sistema Único de Saúde (SUS) (MS/ DAB, 2015).

Em sua nova edição, publicada em 2011, a PNAN apresenta como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição. Para tanto está organizada em diretrizes que abrangem o escopo da atenção nutricional no SUS com foco na vigilância, promoção, prevenção e cuidado integral de agravos relacionados à alimentação e nutrição; atividades, essas, integradas às demais ações de saúde nas redes de atenção, tendo a atenção básica como ordenadora das ações (MS/ DAB, 2015).

A população brasileira, nas últimas décadas, experimentou grandes transformações sociais que resultaram em mudanças no seu padrão de saúde e consumo alimentar. Essas transformações acarretaram impacto na diminuição da pobreza e exclusão social e, conseqüentemente, da fome e desnutrição. Por outro lado, observa-se um aumento

vertiginoso do excesso de peso em todas as camadas da população, apontando para um novo cenário de problemas relacionados à alimentação e nutrição (MS/DAB, 2015).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) apresenta-se com o propósito de melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde, em busca da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população brasileira (BRASIL, 2013b).

Está organizada, também, em diretrizes que abrangem o escopo da atenção nutricional no Sistema Único de Saúde com foco na vigilância, promoção, prevenção e cuidado integral de agravos relacionados à alimentação e nutrição; atividades, essas, integradas às demais ações de saúde nas redes de atenção, tendo a atenção básica como ordenadora das ações (MS/DAB, 2015).

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), de acordo com a Lei Orgânica Nº 11.346/2006 a Segurança Alimentar e Nutricional, consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), é a garantia de que cada homem, mulher ou criança, quer vivam sozinhos ou em grupo, tenham acesso a alimentos adequados e saudáveis ou aos meios necessários para obter esses alimentos de forma permanente, sustentável e emancipatória. Esse direito está expresso no artigo 6º da Constituição Federal do Brasil de 1988 (MDS, 2015).

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), é um sistema público legalmente instituído pela Lei nº 11.346/2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).

O SISAN é intersetorial, reunindo diversos setores de governo e da sociedade civil com o propósito de promover programas e ações que garantam o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) em todo o Território Nacional (MDS, 2015).

2.4. Representações Sociais: Conceitos, Metodologias e Aplicações no Campo da Alimentação e Nutrição

A teoria da Representação social é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido a sua importância na vida social e a elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais (JODELET, 2002, p.22).

Para Rodrigues (2006), as representações sociais são organizadas no senso comum e partilhadas no dia a dia dos contextos sociais e culturais dos lugares em que as pessoas vivem, e por esse motivo traduzem-se num saber prático.

Moscovici (1978) crê que as representações sociais circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, uma conversa em nosso universo cotidiano, salientando ainda que a maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados.

Cruz (2006) entende que a Teoria das Representações Sociais, não passa de uma teorização sobre a construção coletiva dos objetos sociais que são relevantes para um grupo,

considerando certas peculiaridades das sociedades contemporâneas que expõem os sujeitos a uma massificação de informações cada vez mais complexas e mutáveis.

Já Lefèvre e Lefèvre (2003) afirmam que o ato de atribuição de sentido se faz num sistema compartilhado e social de idéias e pensamentos, ou seja, num sistema de comunicação linguístico e ideológico, ou seja, os indivíduos compartilham um sistema de ideias que se comunicam e origina as representações sociais.

Para Sêga (2000, p.2), a representação social “não é cópia do real, nem cópia do ideal, nem a parte subjetiva do objeto, nem a parte objetiva do sujeito, ela é o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas”.

Para o entendimento da representação social de um determinado objeto, é indispensável conhecer as condições do contexto em que os indivíduos estão inseridos mediante a realização de uma “análise contextual”. Isso porque entendemos que as representações sociais são historicamente construídas e estão estreitamente vinculadas aos diferentes grupos socioeconômicos, culturais, e étnicos que as expressam por meio de mensagens, e que se refletem, nos diferentes atos e nas diversificadas práticas sociais (FRANCO, 2004, p.170).

As Representações Sociais de acordo com Moscovici (1978), estimula-nos a preocupar-nos mais com as condutas imaginárias e simbólicas na existência ordinária das coletividades.

As representações sociais são importantes para nossa sociedade, e através de seu estudo é possível conhecer como um grupo social constrói um conjunto de saberes que expressam sua cultura e identidade. Também é possível compreender comportamentos e hábitos de uma população (FERREIRA e BRUM, 2000).

De acordo com Garcia (1997), através da comunicação, o objeto, quer seja humano, social, material ou uma idéia, será apreendido a partir de uma lente impregnada de valores e conceitos significantes já existentes na bagagem histórica do sujeito, ou seja, o objeto é selecionado e integrado numa rede que traduz algo significativo para o sujeito. A aproximação da realidade externa, de modo a torná-la próxima e perceptível, é uma facilidade proporcionada pelas representações, trazendo o mundo externo para o repertório pessoal do indivíduo. Assim, um conceito, uma abstração, passa a ter uma existência real através da apropriação destes pelas representações sociais, consideradas uma forma de conhecimento do senso comum, elaborado e compartilhado socialmente.

A pesquisa em representações sociais apresenta um caráter fundamental e aplicado e faz apelo a metodologias variadas: observação participante, estudos de campo, entrevistas, grupos focais, técnicas de associação livre de palavras, inquéritos por questionário, análise de documentos e de discursos; experimentação no laboratório e no terreno; etc. Nenhuma metodologia por si só é suficiente para investigar estes complexos fenômenos. Moscovici (1978) salientou a importância do “politeísmo metodológico” no estudo das representações sociais. Na mesma linha de ideias, diversos autores têm salientado a necessidade de triangulação de diferentes tipos de metodologias de recolha e de tratamento de dados, uma vez que cada uma apresenta potencialidades e limites específicos.

Quando se trata de um estudo sobre representação social, textos provenientes das falas de indivíduos (em situação de entrevista sistemática ou não, bem como em situação de exposição oral), de cartas, diários ou outros escritos, importam menos pelas suas qualidades formais que pelo seu conteúdo, sobretudo pela possibilidade deste conteúdo indicar posições, sentimentos, cognições e predisposições à adoção de condutas diante do referente, do que é dito ou escrito (NASCIMENLO-SCHULZE e CAMARGO, 2000).

Segundo Reis & Bellini (2011), a teoria das representações sociais permitiu investigação com uma diversidade de métodos e técnicas de pesquisa. No presente estudo, apresentaremos o recorte para a análise de conteúdo e para o Discurso do sujeito coletivo, metodologias utilizadas para a análise dos dados.

O Discurso do Sujeito Coletivo - DSC é uma técnica de construção do pensamento coletivo que visa revelar como as pessoas pensam, atribuem sentidos e manifestam posicionamentos sobre determinado assunto. Trata-se de um compartilhamento de ideias dentro de um grupo social. Entende-se por discurso todo posicionamento argumentado. O Discurso do Sujeito Coletivo é um espelho coletivo. É como se as pessoas se olhassem e, a partir daí, tomassem consciência de como são (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2005).

Metodologicamente o discurso do sujeito coletivo é uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, artigos de jornal, matérias de revistas semanais, cartas, *papers*, revistas especializadas etc. Para sua construção são utilizadas como figuras metodológicas as expressões-chave, as ideias centrais e as ancoragens (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2005).

O método do Discurso do Sujeito Coletivo - DSC (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003), com base nos pressupostos da Teoria das Representações Sociais, possibilita expressar, empiricamente, a opinião ou o pensamento coletivo. É uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos.

A análise de conteúdo permite visualizar os núcleos organizadores dos discursos, as variáveis e categorias, bem como os conflitos e consensos estabelecidos pelas pessoas dos grupos estudados. Possibilita observar os dados por meio de uma visão ampla, na qual a totalidade do material coletado permite levantar categorias do grupo (REIS e BELLINI, 2011).

Para Cavalcante, Calisto e Pinheiro (2014), a análise de conteúdo é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativos ou não) permitindo a realização de inferência de conhecimentos.

Segundo Garcia (1994), a utilização das representações sociais para o estudo dos aspectos simbólicos ligados à alimentação partiu da própria caracterização do conceito: como uma idéia ou modelo abstrato passa a fazer parte da experiência direta, por ser a representação um modo de pensamento sempre ligado à ação. Podemos dizer que não existe nitidez nas fronteiras entre o simbólico e as práticas, mas um engendramento dialético de ambas construindo significantes que passam a fazer parte da gênese das práticas, bem como tais práticas orientam os significantes. É essencialmente através das práticas que pretendemos observar o convívio com os aspectos simbólicos.

Assao e Cervato-Mancuso (2008) realizaram um estudo que utiliza a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo baseado na Teoria das Representações sociais, ao analisar as percepções dos educadores sobre alimentação saudável no ambiente escolar. Os autores verificaram que os discursos destacavam percepções relevantes acerca do tema como a importância da oferta de uma alimentação diversificada no ambiente escolar, saudável e que contemple todos os nutrientes necessários, para evitar a repetição de cardápio e considerar as preferências alimentares dos alunos.

Silva, Recine e Queiroz (2002) verificaram a concepção de profissionais da saúde sobre alimentação saudável. Os discursos destes profissionais revelaram que os atores sociais não se sentem suficientemente preparados sobre o tema, o qual também apresentou um duplo sentido que envolve distintos contextos dos profissionais, mas de forma única a concepção de alimentação saudável é definida como uma condição alimentar balanceada, variada e equilibrada em nutrientes.

Com base no que foi apresentado, pretende-se através da teoria das representações sociais, entender como estão construídos e alicerçados os saberes sobre alimentação e nutrição dos professores de educação infantil do município de Água Boa – Minas Gerais, tendo em vista que é a partir destes saberes, desta óptica, que as crianças em idade pré-escolar e escolar terão acesso a educação alimentar e nutricional no âmbito escolar.

2.5. Água Boa, Minas Gerais: *Locus* da Pesquisa

Água Boa é um município brasileiro do estado de Minas Gerais, que localiza-se a uma latitude 17°59'48.93" sul e a uma longitude 42°23'26.10" oeste, estando a uma altitude de 415 metros (TIMÓTEO, 2009).

A sede do município é cortada pelo rio Água Boa, em cujo vale a cidade se desenvolveu. No território do município existem outros rios além do rio Água Boa, como o rio Surubi e o rio Urupuca, e também alguns córregos, como o Baú e o Bugre. O clima da região é quente, tendente ao semiárido, com chuvas entre janeiro e março e seca no restante do ano (TIMÓTEO, 2009).

Reza a tradição que o nome "Água Boa" vem da época em que os desbravadores, bandeirantes e tropeiros, circulavam pela região, transportando mantimentos e produtos no lombo de mulas de carga, para colonizar e abastecer o interior de Minas Gerais. Alguma das diversas nascentes, rios e córregos do local onde hoje está a cidade se tornou ponto de referência, parada e descanso dos colonizadores, que se referiam ao lugar como sendo "naquela nascente de água boa", ou seja, cuja água não era salobra ou barrenta, permitindo aos homens e animais beberem e servindo também para encher os cantis. Com o uso, o termo passou a ser resumido em "parada da Água Boa", que veio a originar o nome da cidade (TIMÓTEO, 2009).

A estimativa de população para 2015 é de 15.193 habitantes (IBGE, 2010), somando-se a população da sede do município e de todos os vilarejos e região rural. Não há, no município, indústria ou empresa que seja relevante para sua economia. As principais fontes de renda do município são o comércio, a criação de gado leiteiro e a plantação de café. Por ter um relevo formado basicamente por elevações montanhosas, não há vales que permitam a cultura de grãos em larga escala (TIMÓTEO, 2009).

Água Boa possui uma área de 1.317,748 km² (IBGE, 2010) e um IDHM de 0,576 (IBGE, 2010). Por infelicidade, a área demarcada como sendo de abrangência da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), que alcança diversos municípios pobres do nordeste de Minas Gerais, chega até a divisa de Água Boa, mas não inclui o município. Assim, nenhuma empresa possui incentivos fiscais ou financiamento especial para se instalar no local, o que perpetua sua situação de carência (TIMÓTEO, 2009).

Há, na sede do município, duas escolas públicas estaduais de ensino fundamental, chamadas Joaquim Pimenta de Araújo e Alfredo Sá. A escola de ensino médio, chamada tradicionalmente de "colégio", é a Escola Estadual Adão Marques das Aleluias (TIMÓTEO, 2009).

O município possui 80 educadores, sendo 15 professores da educação infantil e 42 professores da educação fundamental, 08 professores da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, (APAE) e 15 da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A política de alimentação existente é o PNAE (Programa Nacional de Alimentação e Nutrição) (TIMÓTEO, 2009).

3. METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, embasada na Teoria das representações sociais de Moscovici (1978). Os sujeitos da pesquisa foram os professores de educação infantil do município de Água Boa, Minas Gerais, universo este que compreendeu em um total de 15 professores da rede municipal.

Para Bogdam & Biklen (1994), a pesquisa qualitativa caracteriza-se, basicamente, pelos dados colhidos diretamente no ambiente natural, ou seja, no local onde ocorre o fenômeno, estando eles em forma de palavras ou imagens de maneira que possam ser descritos, tendo como principal instrumento o investigador. O enfoque substancial ocorre no processo e não apenas nos resultados ou produtos da investigação.

Os professores foram convidados a participarem da pesquisa e receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - Anexo I), conforme as normas da Resolução 466/2012 (BRASIL, 2012). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido preconiza a participação em caráter voluntário e assegura o sigilo da participação do educador. O TCLE deixa claro que a qualquer momento este poderá desistir e retirar o seu consentimento e que sua recusa não lhe trará prejuízo algum em sua relação com o pesquisador ou qualquer setor desta Instituição.

Para se compreender como estão construídos os saberes destes professores acerca da temática “alimentação e nutrição” foram realizadas entrevistas individuais, utilizando roteiro estruturado contendo questões fechadas e abertas (Anexo II).

A entrevista foi realizada em um dia de evento (reunião pedagógica), o que propiciou entrevistar individualmente cada participante em uma sala a parte dessa reunião. A proposta inicial da pesquisa era que as entrevistas fossem gravadas e posteriormente transcritas para maior riqueza da análise, entretanto, os professores ficaram inibidos com a gravação. Desta forma, suspendeu-se a gravação e as respostas emitidas foram anotadas pela pesquisadora no momento da entrevista.

A análise dos dados foi realizada através da análise de conteúdo, para as respostas emitidas que não geraram discurso. O processo de análise de dados foi dividido em três fases: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material e 3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos dados, conforme Mozzato & Grzybovski (2011). Na fase de exploração do material foram realizadas a categorização e a contagem frequencial destas categorias identificadas.

Na questão 10 do roteiro de entrevista (Anexo II) foi aplicada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), pois esta questão gerou discurso. Os discursos foram analisados utilizando três figuras metodológicas: as expressões-chave (ECH), a ideia central (IC) e o Discurso do sujeito coletivo (DSC), conforme metodologia proposta por (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2005).

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro sob o número 598/2015, atendendo às Normas da Comissão Nacional de Ética e Pesquisa, conforme parecer constante no Anexo III.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 apresenta a caracterização dos educadores do ensino fundamental do município de Água Boa. Verificou-se que 100% dos educadores do ensino infantil são do sexo feminino, com idade predominante na faixa de 34-49 anos (60%). Estes resultados estão em concordância com os resultados expostos por Venturini & Thomasi (2013), que trata da predominância de educadoras do sexo feminino na Educação infantil brasileira, embora as autoras apontem mudanças suaves neste cenário nos últimos anos.

Tabela 1. Caracterização dos educadores do ensino infantil do município de Água Boa, MG.

Variável		Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Sexo	Feminino	15	100,0
	Masculino	-	-
Idade	18-33 anos	03	20
	34-49 anos	09	60
	50-65 anos	03	20
Renda	R\$ 725,00 a R\$ 1.448,00	12	80
	R\$ 1.449,00 a R\$2.172,00	03	20

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação à renda mensal, verificou-se que 80% dos educadores do município possuem renda entre R\$725,00 e R\$1.448,00 (Tabela 1).

Verificou-se que quanto à formação profissional, 13 (86%) dos 15 professores entrevistados detinham ensino de nível superior completo, sendo 7 com formação em normal superior, 5 com formação em pedagogia e 1 com formação em letras.

Na Tabela 2, estão apresentados os tempos de atuação, experiência e formação dos educadores do ensino infantil do município de Água Boa, MG em estudo. Em relação ao tempo de experiência predominante dos professores, 27% vai de um mês até 17 anos de experiência como educador, 6% representa 18 a 23 anos e 13% de 24 a 30 anos. Isso influencia no conhecimento e na maturidade com que os educadores passam a informação para os alunos sobre alimentação e nutrição, mediante um conhecimento existente ou adquirido ao longo desses 17 anos, que são a maioria.

Tabela 2. Tempo de atuação, experiência e formação dos educadores do ensino infantil do município de Água Boa, Minas Gerais.

Variável			Frequência Absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Tempo de experiência como educador		1 mês a 5 anos	04	27
		6 a 11 anos	04	27
		12 a 17 anos	04	27
		18 a 23 anos	01	06
		24 a 30 anos	02	13
Tempo de experiência como educador na rede municipal de ensino		1 mês a 5 anos	07	47
		6 a 11 anos	03	20
		12 a 17 anos	05	33
Tempo de experiência como educador na escola atual		1 mês a 5 anos	11	74
		6 a 11 anos	02	13
		12 a 17 anos	02	13
Atuação dos educadores na educação infantil**		Maternal	3	-
		Creche	1	-
		1º período	7	-
		2º período	8	-

** Professores podem atuar em mais de período da educação infantil. Fonte: Dados da pesquisa.

No tempo de experiência como educador da rede municipal de ensino, 47% dos entrevistados encontravam-se na faixa de 1 mês a 5 anos, 20% na faixa de 6 a 11 anos, e 33% na faixa de 12 a 17 anos. O que caracteriza que 47% foi o maior tempo de experiência para os professores com atuação profissional na rede municipal de ensino.

Constatou-se que houve uma ocorrência expressiva de 27% no tempo de experiência como educador, correspondendo a faixa de 1 mês a 17 anos e 47% para educador da rede municipal de ensino com experiência de 1 mês a 5 anos.

Quando questionados quanto ao tempo de experiência como educador da escola atual, 74% dos entrevistados apresentaram experiência na faixa de 1 mês a 5 anos, e um percentual de 13% na faixa de 6 a 11 anos e na faixa de 12 a 17 anos.

Nos anos de atuação dos educadores na educação infantil; 42% apresentaram atuação no 2º período, 37% no 1º período, 16% no maternal e 5% na creche.

Na Tabela 3 estão apresentados os resultados encontrados para as questões relacionadas à temática de Educação alimentar e nutricional (EAN) durante a formação profissional destes professores pesquisados.

Verifica-se pela Tabela 3, que 86% dos professores já participaram de atividades pedagógicas com abordagem sobre a temática de Educação alimentar e nutricional. Assim como, 93% destes professores afirmaram existir projeto sobre esta temática na escola em que lecionam, sendo mencionados dois projetos: o “Saúde, sabor e saber” e o “Dia mundial da alimentação”.

Tabela 3. A vivência em Educação alimentar e nutricional na formação dos educadores do ensino infantil do município de Água Boa, MG.

Questões	Respostas	Frequência Absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Durante a trajetória de sua formação profissional, houve alguma abordagem sobre Educação Alimentar e Nutricional?	Sim	13	86
	Reuniões/ Encontros pedagógicos	07	-
	Projetos	06	-
	Palestras com nutricionista	07	-
	Não	02	14
Existe algum projeto de Educação Alimentar e Nutricional na sua escola?	Sim	14	93
	“Saúde, Sabor e Saber”	13	
	Trabalhar o dia mundial da	01	
	Não	01	7
Você conhece o Projeto Político Pedagógico da sua escola?	Sim	12	80
	Não	03	20

A existência de projetos que trabalhem a temática da Educação alimentar e nutricional com crianças é de grande relevância para a promoção da saúde. Para Ramos; Santos & Reis (2013), a educação alimentar e nutricional é vista como uma estratégia para promoção de hábitos alimentares saudáveis e acredita-se que a escola seja um espaço apropriado para desenvolver essas ações.

Observa-se que a maioria dos professores (80%) da educação infantil da rede municipal afirma conhecer o Projeto político pedagógico (PPP) da sua escola, embora nenhum destes professores entrevistados integre o colegiado escolar.

Veiga (1996) afirma que o projeto político pedagógico define uma direção a ser seguida, a contínua expressão da idéia sobre a educação e sua função social exigindo uma reflexão da concepção e finalidade da educação com a sociedade. Isto traz a construção da

identidade da escola. Desta forma, Vasconcellos (2002), afirmou que o planejamento docente terá muito mais consistência e organicidade se estiver articulado ao Projeto Político-Pedagógico.

Segundo Azevedo e Andrade (2012), a construção do PPP não deve ocorrer apenas pelas mãos da equipe gestora, mas sim, essa equipe tem o desafio de promover a construção, implementação e avaliação deste projeto junto a comunidade de forma permanente e democrática.

Na seqüência, abordaremos o entendimento dos professores sobre EAN e para isso retomamos o seu conceito. Segundo o Marco Referencial de EAN (BRASIL, 2012): Educação alimentar e nutricional é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis.

No questionamento sobre o que entendem por Educação alimentar e nutricional, verificou-se nas respostas emitidas pelos professores a presença de quatro ideias centrais: I. Promoção de hábitos alimentares saudáveis (n=6); II. Conhecimento das características sensoriais dos alimentos (n=4); III. Quantidade de alimentos consumidos (n=2) e IV. Alimentação balanceada/ nutritiva/ sadia (n=2).

O agrupamento dos discursos emitidos com as mesmas ideias centrais deram origem aos seguintes Discursos dos Sujeitos Coletivos (DSCs):

DSC I. Promoção de hábitos alimentares saudáveis (n=6)
--

<i>Levar a criança a ter/ desenvolver hábitos alimentares, com conscientização para criança se alimentar corretamente. Trabalhar com os alunos sobre alimentos nutritivos, que são importantes para a nossa saúde.</i>
--

DSC II. Conhecimento das características sensoriais dos alimentos (n=4)

<i>É um ensinamento sobre cor, sabor, aroma. Sabor, saber e saúde.</i>
--

DSC III. Quantidade de alimentos consumidos (n=2)

<i>Comer bem não é comer muito. É a maneira como se alimentar, não comer muito, mas comer o que seja necessário para ficar nutrido.</i>

DSC IV. Alimentação balanceada/ nutritiva/ sadia (n=2)
--

<i>Educação alimentar é um meio de nos ensinar a ter uma alimentação mais balanceada e sadia, o que é melhor para ficar nutrido. Saber quais são os alimentos que nos trarão mais saúde. Aquela alimentação que reúne nutrientes para a alimentação saudável. É alimentar-se bem, com alimentos corretos.</i>

Analisando-se a concepção dos professores sobre a temática, percebeu-se pelos seus discursos que eles reconhecem a importância da temática para a promoção da saúde das crianças, através do desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. Contudo, as respostas obtidas são generalistas, superficiais e demonstraram falta de conhecimento das características multidimensionais que envolvem a EAN. Observou-se que para estes professores a EAN está relacionada a uma dimensão biológica, ou seja, relacionada a importância dos alimentos e nutrientes para o funcionamento fisiológico do corpo e para a saúde. As dimensões culturais, sociais, psicológicas da EAN não aparecem nos discursos, sugerindo um desconhecimento ou não valorização da sua importância para a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Desta

forma, salienta-se a necessidade da realização de atividades de sensibilização, orientação e capacitação destes professores sobre estas dimensões multifacetadas que envolvem a EAN, bem como da identificação destas dimensões no cotidiano das crianças e da comunidade escolar.

Fernandez & Silva (2008) apontam que há um padrão vigente que enfatiza os componentes biológicos dos alimentos na dieta, em função de orientações governamentais promovidas no passado (por meio de cartilhas¹), que destacam noções inadequadas do que seja uma prática alimentar saudável.

Segundo Magalhães, Martins e Castro (2012), se a perspectiva é educar, não se pode ter uma abordagem que apenas instrui sobre como proceder, reduzindo o fenômeno da alimentação quanto ao que comer, ao que comprar e como preparar, pois esta pode tornar-se ineficaz, uma vez que leva o educando a proceder mecanicamente segundo o pensar do educador, destituindo o seu comer dos significados a ele inerentes.

De Oliveira e Sousa Oliveira (2008) destacam a importância de que as ações educativas sejam desenvolvidas no sentido de promover a autonomia dos indivíduos, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, respeitando as culturas alimentares e valorizando a história alimentar e a diversidade regional, ao mesmo tempo em que reconheçam os saberes populares e fomentem a biodiversidade local.

Embora educar para a saúde seja responsabilidade de diferentes segmentos, a escola é instituição privilegiada, que pode se transformar num espaço genuíno de promoção da saúde. Um indivíduo que tem conhecimento do que consome na sua alimentação e pode fazer escolhas que sejam mais conscientes, certamente será alguém mais saudável (BRASIL, 1998).

Segundo Razuck, Fontes e Razuck (2011) é necessário que o profissional da educação possua conhecimentos e habilidades sobre promoção da alimentação saudável, procurando incorporá-los ao seu fazer pedagógico. Esses conhecimentos devem ser construídos de forma transversal no ambiente escolar, garantindo a sustentabilidade das ações dentro e fora de sala de aula. É dessa forma que entendemos que o professor é um estimulador de hábitos alimentares saudáveis e pode influenciar tanto positivamente quanto negativamente. Sendo assim, acredito que docentes que assumem como atribuição estimular hábitos saudáveis entre os alunos estejam mais aptos a realizar ações de promoção de saúde. Evidencia-se a importância da capacitação de professores, em nutrição, para o seu bom desempenho na saúde e na nutrição escolar.

Portanto, promover a adoção de hábitos alimentares saudáveis representa um grande desafio para qualquer indivíduo, pois a alimentação compõe a história individual, do grupo e da família. O professor como influenciador deve ser orientado, capacitado e adepto da alimentação saudável para que seja um exemplo, um referencial, da prática aliado a teoria, para que aquilo que é falado tenha relação com o comportamento (RAZUCK; FONTES; RAZUCK, 2011).

Dos professores entrevistados, 12 (80%) consideraram importante trabalhar a EAN com as crianças, pois acreditam que através desta é possível: desenvolver hábitos saudáveis; disseminar conhecimentos sobre a higiene dos alimentos; estimular o consumo de alimentos

¹ Em 2005, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) desenvolveu materiais educativos sobre alimentação e nutrição para serem distribuídos às séries iniciais do Ensino Fundamental em todas as escolas públicas. Foram desenvolvidos três temas, apresentados em quadrinhos sob a forma de cartilhas educativas que estão inseridas no contexto do projeto denominado "Criança saudável - educação dez": "O que é educação alimentar?", "Proteínas e carboidratos" e "Vitaminas e minerais". As histórias em quadrinhos das cartilhas da nutrição do projeto "Criança saudável - educação dez" utilizam os personagens do Sítio do Pica-pau Amarelo criados pelo escritor José Bento Monteiro Lobato.

saudáveis (verduras e frutas) e conscientizar as crianças sobre a importância da alimentação para a saúde.

Na concepção dos professores, o consumo de alimentos saudáveis está associado ao consumo de frutas e verduras, embora não apareça nos discursos nenhuma relação dos nutrientes fornecidos por estes alimentos para o organismo. Estudo realizado por Garcia (1997) sobre representação social, aponta que comer mais vegetais e frutas aparecem como uma “prática” alimentar saudável.

Para Fernandez e Silva (2008) há uma disseminação pela mídia das recomendações oficiais que destacam o discurso de profissionais de saúde com base na ênfase das orientações de redução do consumo de gordura e aumento do consumo de vegetais, frutas e fibras.

Relato com representação sobre o consumo de verduras e frutas:

“Inicialmente com uma conversa informal com as crianças, pesquisa sobre alimentos preferidos, que na maioria das vezes se resume em: salgadinhos, salgadão, sanduíches, balas, bombons, sorvetes. Neste momento, é hora de falar de frutas, verduras, alimentos mais saudáveis, que fazem bem à saúde”.

O relato acima apresentado pelo professor, evidencia que na sua concepção que os alimentos preferidos pelas crianças, são os alimentos industrializados (*salgadinhos, salgadão, sanduíches, balas, bombons, sorvetes*).

Esta representação do “mais saudável” e “menos saudável”, pode ser explicada pela tendência atual de se responsabilizar a alimentação por todos os males e doenças do mundo moderno. Segundo Garcia (1997), mais que qualquer outra prática, a alimentação tem sido apontada como responsável pelas principais doenças crônico-degenerativas típicas do mundo ocidental. Enquanto indubitavelmente, inúmeros outros componentes da vida moderna estão interferindo no estado de saúde.

Neste sentido, nas representações sobre alimentação saudável dos professores aparecem os princípios básicos da alimentação saudável como: o balanceamento de nutrientes, a combinação de alimentos e variedade de alimentos, conforme exemplificado nos relatos abaixo:

“É uma alimentação balanceada e sadia”.

“É a alimentação com combinação de alimentos”.

“É a alimentação feita nas horas certas, com alimentos saudáveis e variados”.

“É comer de tudo, mas que seja alimentos saudáveis”.

“É uma alimentação que contém substâncias nutritivas para o nosso organismo, sendo o prato quanto mais colorido, melhor e mais nutritivo”.

Estes professores relataram participarem de reuniões com a nutricionista da Secretaria Municipal de Educação e do projeto “Saúde, Sabor e Saber” nos quais são abordados os princípios da alimentação saudável, indicando conhecimento sobre o assunto pelos mesmos.

A abordagem de temas relacionados à alimentação e nutrição em reuniões e encontros pedagógicos tem um caráter esporádico e superficial, no município de Água. A reunião ou encontro pedagógico promovidos pela Secretaria Municipal de Educação de Água Boa - MG, acontece uma vez a cada semestre ou ano letivo e dura, em média, 3 horas. Nesse tempo de reunião, além da palavra do secretário de educação e representantes políticos, há palestras variadas sobre diversos temas de interesse dos servidores da educação, professores, alunos e familiares. Esse pode ser o padrão dessas reuniões em inúmeros municípios brasileiros do mesmo porte espalhados por todas as regiões do país. Quando algum tema relacionado à alimentação e nutrição é abordado, disputa espaço na agenda com outros assuntos, e pode ser considerada uma longa palestra se for realizada entre 30 e 60 minutos. Uma palestra sobre alimentos e nutrição com tal duração, a cada semestre ou ano letivo, pode ser considerada uma boa oportunidade dos profissionais da educação, pais e estudantes, de entrarem em contato ou se atualizarem em temas de relevância para as suas vidas. Contudo, é pouco. É possível e é desejável que seja trabalhado de maneira mais freqüente e permanente.

No projeto “Saúde, Sabor e Saber”, em uma etapa preparatória, a nutricionista da Secretaria Municipal de Educação ministra cursos sobre alimentação e nutrição para os professores e demais profissionais da educação, como as cantineiras. Os professores, por sua vez, são capacitados para lecionar temas de alimentação e nutrição, tais como grupo de nutrientes e suas fontes alimentares, comida saborosa e nutritiva, alimentação como fator de promoção de saúde, entre outros. Em etapas mais avançadas de um projeto como “Saúde, Sabor e Saber”, os alunos são beneficiados duplamente por receberem alimentação de qualidade de cantineiras conscientes do real valor do seu trabalho e por terem professores antenados a um conjunto de conhecimentos que de fato vão promover qualidade de vida para todos.

A alimentação saudável aparece como um somatório de nutrientes e/ou substâncias nutritivas nos relatos dos professores. Esta é uma concepção que retrata o organismo e não o conteúdo humano. Acredita-se que esta noção está relacionada a um senso comum de valorização da ingestão de nutrientes devido ao seu efeito “salvador” da saúde. Segundo Fernandez & Silva (2008), há um discurso racional de valorização dos aspectos biológicos da alimentação, iniciado no mundo pelas *food reformers*², que visou incluir, no repertório de classificação da alimentação humana, os componentes químicos e nutricionais (FERNANDEZ e SILVA, 2008).

De acordo com Boog (2004), a visão de que o corpo se alimenta de nutrientes, e não de alimentos, isto é, que o ser humano é uma máquina e o alimento é combustível, pela super valorização da dimensão fisiológica em detrimento da função cultural e simbólica da alimentação humana, foi o objeto principal da ciência da nutrição e da educação alimentar, incrementada a partir da 2ª Guerra Mundial.

Silva, Recine e Queiroz (2002), encontraram concepções sobre alimentação saudável similares ao do presente estudo, em seu estudo realizado com nutricionistas, médicos, enfermeiras e odontólogos.

Com o objetivo de desconstruir esta visão de supervalorização dos nutrientes, o Guia alimentar para a população brasileira, publicado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2014), aborda como seu primeiro princípio: *Alimentação é mais que ingestão de nutrientes*, e destaca:

² Segundo Silva, Recine e Queiroz (2002), as *food reformers* eram inicialmente mulheres com experiência em praticar aulas de culinária, posteriormente economistas domésticos, médicos-nutrologos, sanitaristas e, mais tarde, nutricionistas que tinham como atribuição difundir o conhecimento científico da medicina e da nutrição

A ingestão de nutrientes, propiciada pela alimentação, é essencial para a boa saúde. Igualmente importantes para a saúde são os alimentos específicos que fornecem os nutrientes, as inúmeras possíveis combinações entre eles e suas formas de preparo, as características do modo de comer e as dimensões sociais e culturais das práticas alimentares (BRASIL, 2014, p. 15).

Percebe-se então, uma mudança na abordagem da alimentação, enfatizando-se também a importância das dimensões sociais e culturais que envolvem as práticas alimentares. Este é um passo importante para se trabalhar a EAN. Desta forma, mediante a avaliação realizada, sugere-se que a Secretaria de Educação e de Saúde de Água Boa reformule a abordagem de EAN com os professores do município, de maneira a destacar as dimensões sociais e culturais da alimentação, visto que a dimensão biológica está bem consolidada na representação dos professores.

Outro aspecto que merece consideração é a necessidade de uma abordagem junto aos professores que destaque que uma alimentação adequada e saudável deve estar atrelada a uma valorização do seu sistema de produção. Valorizando-se sempre a produção local, a agricultura familiar. O ambiente escolar ainda pode promover esta ideia a partir da aquisição da produção local para a merenda escolar. Segundo Brasil (2014), uma alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável. Recomendações sobre alimentação devem levar em conta o impacto das formas de produção e distribuição dos alimentos sobre a justiça social e a integridade do ambiente.

Os nutrientes citados pelos professores como necessário para uma alimentação saudável, incluem carboidratos, proteínas, vitaminas e minerais. Os lipídeos ou gorduras não aparecem em nenhum dos relatos. O que pode representar que este macronutriente não faz parte da representação de alimentação saudável para os professores.

Segundo Laplantine (1991 *apud* GARCIA, 1997), no pensamento contemporâneo mais difundido somos tentados a classificar os alimentos, como “bons” e “maus”, podendo ser designados inimigos principalmente a gordura, o açúcar e o sal, além da bebida alcoólica, colesterol e condimentos.

Existe também a representação de que o “gostoso não é saudável” e do pensamento dicotômico da existência de alimentos “certos” e “errados” para o alcance de uma alimentação saudável, como demonstra os relatos abaixo:

“Uma alimentação onde você irá aprender a comer o que é saudável e não somente o que é gostoso”.

“É comer na hora certa e alimentos certos: legumes, frutas, carnes, ovo, leite, dentre outros”.

Segundo Rodrigues e Boog (2006), essas representações culturais de comer certo *versus* comer errado são reforçadas por profissionais de saúde que, desconhecendo outras formas de abordar o problema, repetem o que tradicionalmente lhes foi transmitido, que é a noção de um comer certo e um comer errado. Desta forma, o comer certo torna-se um ideal inatingível porque é percebido como restrição e anulação do prazer, implicando portanto, a exclusão sumária de um grande número de alimentos que fazem parte da cultura alimentar e da vida social.

Dos professores de educação infantil pesquisados, 73% (n=11) afirmaram trabalhar com a temática de Educação Alimentar e Nutricional em sala de aula; 20% disseram que às

vezes trabalham sobre o tema e 7% responderam que não trabalham a temática. A Figura 1 apresenta as principais atividades pedagógicas desenvolvidas sobre a temática de Educação Alimentar e nutricional pelos professores.

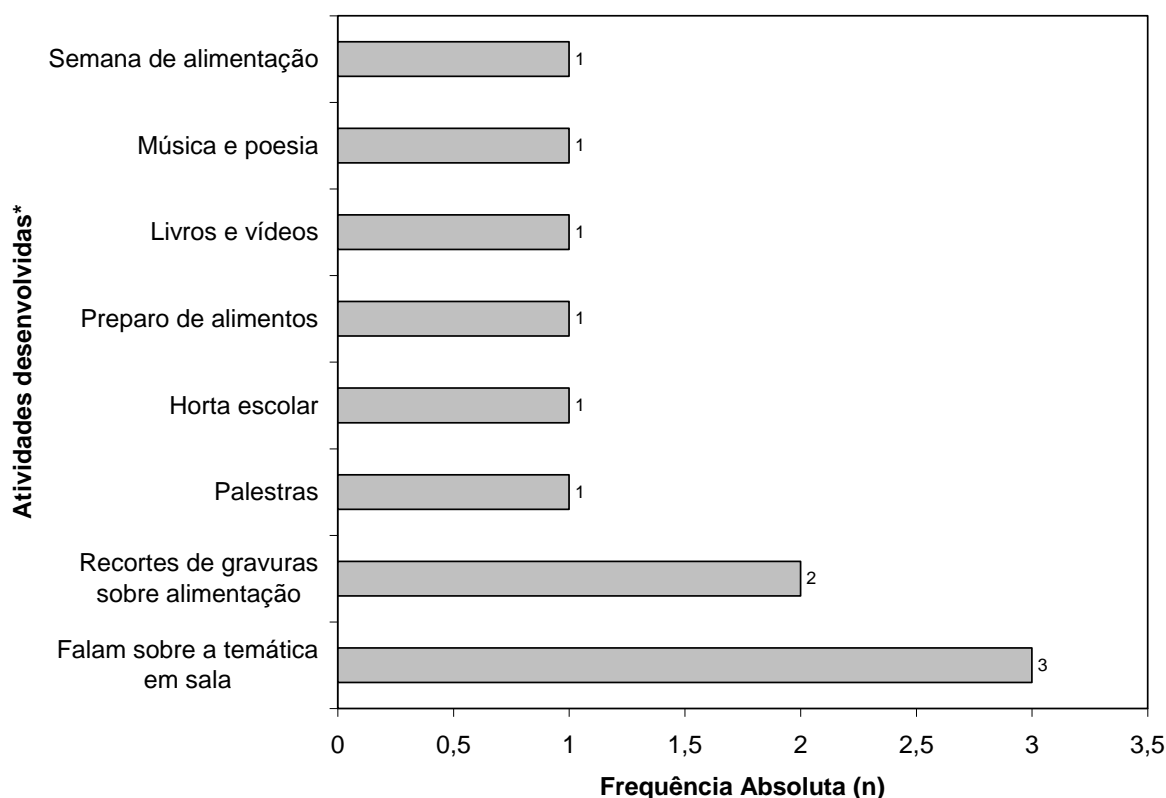


Figura 1. Atividades pedagógicas desenvolvidas sobre a temática de Educação Alimentar e nutricional pelos professores da educação infantil, expressa em frequência absoluta (n).

*Mais de uma atividade pode ter sido citada pelo mesmo professor.

Analisando a Figura 1, percebe-se que a maioria dos professores da educação infantil afirma trabalhar a temática de alimentação e nutrição em suas aulas. Contudo, ressalta-se que o ideal é que todos os professores do município trabalhassem periodicamente com o tema. Que o tema fosse trabalhado transversalmente e não como prática isolada. Para Zancul (2008), o fenômeno educativo é fruto de uma construção contínua e, desse modo, acredita-se que a prática constante de hábitos alimentares saudáveis pode ser estabelecida a partir de um processo de educação alimentar e nutricional permanente dentro da escola.

Observou-se que a temática é abordada de diferentes formas pelos professores de educação infantil, através de elaboração de hortas, preparo de pratos, recortes e outros. Contudo, 20% dos professores trabalham a EAN somente falando em aula sobre o assunto. Como o público destes professores são crianças em idade pré-escolar e escolar, salienta-se que seria interessante desenvolver a temática de EAN através da utilização de atividades lúdicas adequadas a faixa etária. Para Kishimoto (2008), o processo de aprendizado da criança é favorecido pelas atividades lúdicas. A ludicidade potencializa a exploração e a construção do conhecimento, pois permite às crianças identificar, classificar, agrupar, ordenar, simbolizar e combinar informações, ao mesmo tempo em que desenvolve a atenção e a concentração.

A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012).

Para Silva *et al.* (2013), a abordagem diferenciada sobre alimentação saudável de uma forma que desperta o interesse dos alunos pode favorecer a promoção de hábitos saudáveis e a melhoria da qualidade de vida.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013), as práticas pedagógicas devem ocorrer de modo a não fragmentar a criança nas suas possibilidades de viver experiências, na sua compreensão do mundo feita pela totalidade de seus sentidos, no conhecimento que constrói na relação intrínseca entre razão e emoção, expressão corporal e verbal, experimentação prática e elaboração conceitual. As práticas envolvidas no ato de alimentar-se, dentre outras, são práticas que respeitam e atendem ao direito da criança de apropriar-se, por meio de experiências corporais, dos modos estabelecidos culturalmente de alimentação e promoção de saúde, de relação com o próprio corpo e consigo mesma, mediada pelas professoras e professores, que intencionalmente planejam e cuidam da organização dessas práticas.

A Figura 2 apresenta os temas apontados pelos professores da educação infantil como de maior interesse para obtenção de conhecimento.

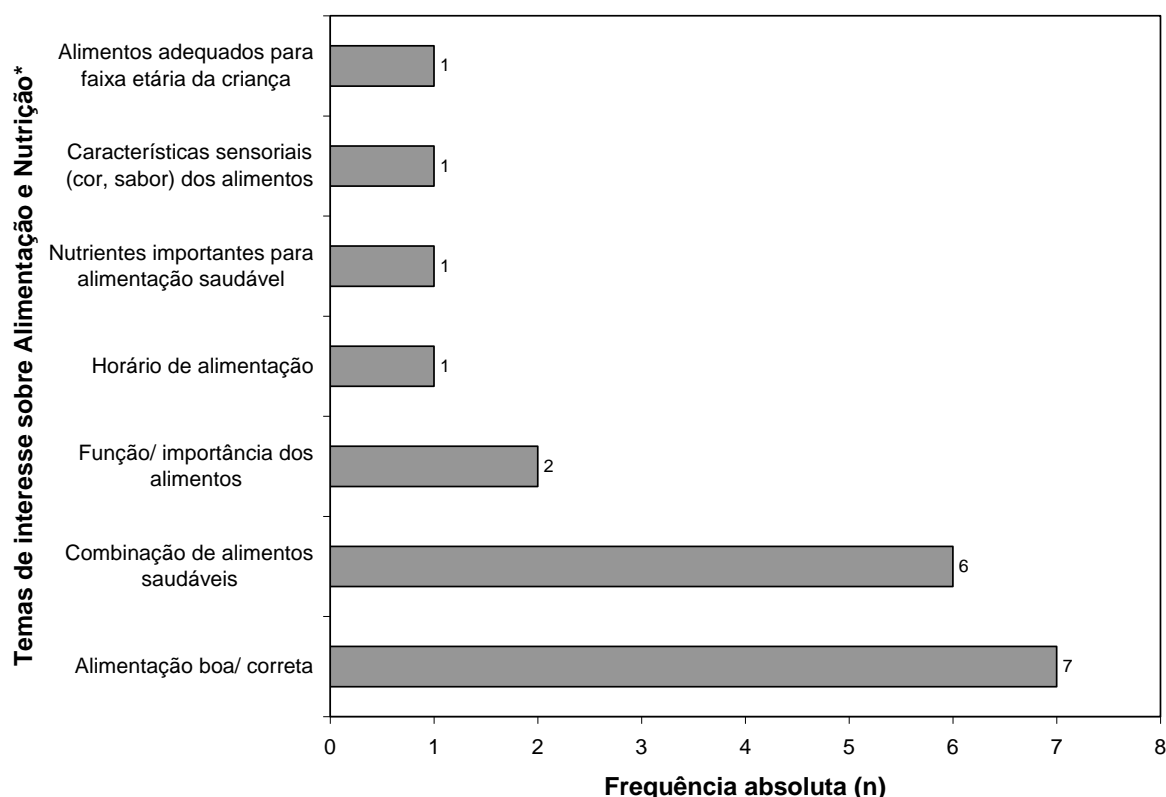


Figura 2. Temas apontados pelos professores de educação infantil como de maior interesse para obtenção de conhecimento sobre Alimentação e Nutrição, expressos em frequência absoluta (n).

*Mais de um tema pode ter sido citado pelo mesmo professor.

Analisando-se os resultados, verifica-se que, embora os professores já possuam conhecimentos sobre a alimentação, no seu aspecto biológico/ fisiológico, este caráter técnico continua sendo o foco de interesse sobre alimentação e nutrição. Novamente, as representações sociais da “boa”, “correta” e “adequada” aparecem nos discursos dos professores. Não foi verificado nos discursos, representações de alimentação de caráter emocional, social ou cultural. Segundo Garcia (1997), o uso de termos *alimentação* e *nutrição* condizem, principalmente este último, com o enfoque da *norma*, da dieta regulada. Por ser um termo de caráter técnico, embute-se na palavra uma matriz que resgata representações com conteúdo envernizado tecnicamente. Já o termo *comida*, retém a ideia de um forma isenta de valores nutricionais. Tal afirmativa é condizente com o verificado no presente estudo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um local estratégico para trabalhar temáticas de alimentação e nutrição, como ferramentas para a promoção de hábitos alimentares saudáveis em crianças. E o professor é o principal interlocutor para esta ação, dada a sua vivência diária com as crianças, seus responsáveis e com a coordenação pedagógica escolar. Contudo, esta interlocução mediada pelo professor se dará a partir da sua construção pessoal e social sobre o tema. Desta forma, conhecer estas construções é primordial para um planejamento educacional.

O presente estudo propiciou caracterizar as representações sociais sobre alimentação e nutrição dos professores de educação infantil do município de Água Boa, MG, indicando os alicerces que estão bem consolidados e os que precisam ser edificados para a realização de uma proposta pedagógica em educação alimentar e nutricional mais completa e abrangente.

Verificou-se que os conhecimentos dos professores estão embasados na dimensão biológica da alimentação, deixando clara, a reprodução de um discurso preocupado com o corpo, o físico, o orgânico. Estando bem consolidada esta dimensão, se faz necessário um trabalho junto a estes educadores que valorize o humano, ou seja, a valorização não só do corpo físico das crianças, mas de todas as outras dimensões intrínsecas à alimentação, como as dimensões sociais, culturais e psicológicas.

Salienta-se também a necessidade da realização de um trabalho para a valorização do sistema de produção alimentar local, valorizando-se não somente os alimentos produzidos, mas os saberes locais envolvidos nestas práticas de produção.

Ressalta-se que é preciso haver um trabalho de conscientização destes educadores para atuarem de forma ativa e participativa nos colegiados escolares, bem como na construção dos projetos políticos pedagógicos das escolas, para que a Educação alimentar e nutricional não seja tratada como um ponto/ assunto abordado uma vez ao ano no calendário escolar, mas que esta possa ser trabalhada de maneira interdisciplinar no conteúdo escolar.

Por estarmos tratando de um processo de ensino-aprendizagem no âmbito da educação infantil, é imprescindível que a abordagem sobre a temática aconteça de maneira lúdica facilitando a construção do conhecimento pelas crianças.

Assim sendo, considera-se que os resultados encontrados nesta pesquisa, compreende um passo inicial e primordial para subsidiar caminhos para a construção de um projeto de educação alimentar e nutricional abrangente e participativo junto aos educadores, pela Secretaria municipal de educação de Água Boa.

6. REFERÊNCIAS

ABESO. **Mapa da obesidade**. Disponível em:< <http://www.abeso.org.br/atitude-saudavel/mapa-obesidade>> Acesso em: 10 outubro 2015.

ANDRADE, M.G. **O desenvolvimento das escolhas alimentares em crianças e adolescentes**. IBER PSICOLOGIA. Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa. 2 Congresso Hispano - português de psicologia, 10.2.11, 2005.

ASSAO, T, Y; CERVATO-MANCUSO, A. M. Alimentação saudável: percepções dos educadores de instituições infantis. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**, v.18, n.2,p.126-134, 2008.

AZEVEDO, M.A.R.; ANDRADE, M.F.R. projeto político-pedagógico e o papel da equipe gestora: dilemas e possibilidades. **Interacções**, n.21, p. 204-218, 2012.

BATISTA FILHO, M.; RISSIM, A. A Transição Nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Caderno de Saúde Pública**, v.19, n. p.181-191, 2003.

BIZZO, M.L.G.; LEDER, L. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. **Revista de Nutrição**, v.18, n.5, p.661-667, 2005.

BOGDAN, R. C; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos**. Porto: Editora Porto, 1994.

BOOG, M.C.F. Educação nutricional em serviços públicos de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v.15, n.2, p.139-147, 1999.

BRASIL. LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 06 agosto 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. **Portaria interministerial nº 1.010**, de 8 de maio 2006. 2006a. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/alimentação_escolar/portaria_1010_08/05/2006.pdf>. Acesso em: 15 janeiro 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013a. 542p.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Resolução/FNDE/CD/Nº 32**, de 10 DE AGOSTO DE 2006. 2006b. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3106-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-32-de-10-de-agosto-de-2006>>. Acesso em: 25 janeiro 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF, 1998. 436p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 1.ed. 1. reimpr. Brasília : Ministério da Saúde, 2013b. 84 p.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas**. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN), Departamento de Atenção Básica, 2006c. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/documentos/dez_passos_pas_escolas.pdf>. Acesso em: 14 outubro 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2.ed. 1. reimpr. Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012. Disponível em: < http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 02 setembro 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Educação alimentar e nutricional**. 2015a. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/alimentacao-saudavel/educacao-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 01 setembro 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas**. Brasília. DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012, 68 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. 2015b. Disponível em: < <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 01 setembro 2015.

CABECINHAS, R. Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise. In: BAPTISTA, M.M. **Cultura: Metodologias e Investigação**. Lisboa: Verso Edições, 2009. p.51-66.

CAVALCANTE, R.B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M.M.K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.:Est.**, v.24, n.1, p. 13-18, 2014.

COSTA E. Q., RIBEIRO, V. M. B, RIBEIRO, E. C. O. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Revista de Nutrição**, v.14, n.3, p.225-229, 2001.

CUNHA, E. **A alimentação orgânica e as ações educativas na escola: diagnóstico para a educação em saúde e nutrição** (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Nutrição. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90625/246744.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 fevereiro 2015.

DAVANÇO, G. M.; TADDEI, J.A.A.C.; GAGLIANONE, C. P. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a curso de Educação Nutricional. **Revista de Nutrição**, v.17, n.2, p.177-184, 2004.

DAVANÇO, G. M.; TADDEI, J.A.A.C.; GAGLIANONE, C. P.; COLUGNATI, F.A.B. Hábitos Alimentares de Escolares (1ª e 2ª Séries) durante a merenda escolar em escolas públicas de São Paulo, SP. **Revista Paulista de Pediatria**, v.22, n.2, p.95-101, 2004.

DE OLIVEIRA, S. I.; SOUSA OLIVEIRA, K. Novas perspectivas em educação alimentar e nutricional. **Psicologia USP**, v. 19, n. 4, p. 495-504, 2008.

EMBRAPA. CONAB. Disponível em:<
http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_sisal/arvore/CONT000fckogtbn02wx5eo0a2ndxy7ugx7a8.html>. Acesso em:05 outubro 2015.

ESCODA, M.S.Q. Para a crítica da transição nutricional. **Ciência & saúde coletiva**, v. 7, n.2, p.219-226, 2002.

FERNANDES, P. M.; SILVA, D. O. Descrição das noções conceituais sobre os grupos alimentares por professores de 1ª a 4ª série: a necessidade de atualização dos conceitos. **Ciência & educação**, v. 14, n. 3, p.451-66, 2008.

FERREIRA, S.R.S.; BRUM, J. L. R. As representações sociais e suas contribuições no campo da saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v.20, n. esp., p.5-14, 2000.

FRANCO, M. L. P. B. Representações Sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Cadernos de Pesquisa**, v.34, n.121, p.169-186, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 52-64.

GARCIA, R. W. D. Representações Sociais da Alimentação e Saúde e suas Repercussões no Comportamento Alimentar. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v.7, n.2, p.51-68, 1997.

GARCIA, R.W. D. Representações Sociais da Comida no Meio Urbano: algumas considerações para o estudo dos aspectos simbólicos da alimentação. **Revista Cadernos de Debate**, v.2, p.12-40, 1994.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional 2010**. Disponível em:<
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=310060&idtema=16&search=minas-gerais|C3%81gua-boa|sintese-das-informacoes>>. Acesso em: 26 outubro 2015.

IPPOLITO-SHEPHERD, J. **Escolas Promotoras de Saúde**. Fortalecimento da Iniciativa Regional. Estratégias e linhas de ação 2003-2012. Washington, D.C: OPAS, 2006. (Série Promoção da Saúde N° 4); 72 p. Disponível em: <<http://www.bvsde.ops-oms.org/bvsdeescuelas/fulltext/EPSPORTU.pdf>>. Acesso em: 02 junho 2015.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2002.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

LAMOUNIER, J.A. Transição epidemiológica nutricional em crianças e adolescentes argentinos de áreas carentes. **Revista Paulista de Pediatria**, v.27, n.2, p.124-6, 2009.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. Princípios básicos e conceitos fundamentais do Discurso do Sujeito Coletivo. In: LEFÈVRE, Fernando. **Discurso do Sujeito Coletivo: um enfoque em pesquisa qualitativa**. 2 ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2005. p. 13-35.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. A utilização da metodologia o discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização “Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde - CADRHU”, São Paulo - 2002. **Saúde e Sociedade**, v.12, n.2, p.68-75 2003.

LEFEVRE.; LEFEVRE A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo**. Uma nova opção em pesquisa (desdobramentos). Caxias do sul: Educs, 2005

MAGALHÃES, A.P.A.; MARTINS, K.C.; CASTRO, T.G. Educação alimentar e nutricional crítica: reflexões para intervenções em alimentação e nutrição na atenção primária à saúde. **Revista mineira de enfermagem**, v.16, n.3, p.463-70, 2012.

MARTINS, D.; WALDER, B.S-M.; RUBIATTI, A.M.M. educação nutricional: atuando na formação de hábitos alimentares saudáveis de crianças em idade escolar. **Revista Simbiologias**, v.3, n.4, p.86-102, 2010.

MELO, M.E. **Diagnóstico da obesidade infantil**. Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica – ABESO. Disponível em: <<http://www.abeso.org.br/uploads/downloads/16/552fe98518b8a.pdf>>. Acesso em:10 setembro 2015.

MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE. DAB – Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN**. Disponível em: <<http://dab.saude.gov.br/portaldab/pnan.php>>. Acesso em:07 agosto 2015.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOZZATO, A.R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **RAC**, v. 15, n. 4, pp. 731-747, 2011.

NASCIMENTO-SCHULZE, C.M.; CAMARGO, E.V. Psicologia social, representações sociais e métodos. **Temas em psicologia**, v.8, n.3, p.287-99, 2000.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Estratégia global em alimentação saudável, atividade física e saúde**. WHA 57.17. 57ª assembléia mundial de saúde, 2004. Disponível:

<http://www.prosaude.org/publicacoes/diversos/Estrategia_Global_portugues.pdf>. Acesso em: 09 junho 2015.

RAMOS, F.P.; SANTOS, L.A.S.; REIS, A.B.C. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, v.29, n.11, p.2147-2161, 2013.

RAZUCK, R. C. D. S. R., FONTES, P. G.; RAZUCK, F. B. **A Influência do professor nos Hábitos Alimentares**. VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Pesquisa. 2011. Campinas: Unicamp, 2011. Disponível em:<<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R0048-2.pdf>>. Acesso em: 10 agosto 2015.

REIS, S.L.A.; BELLINI, M. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011.

RODRIGUES, E. M.; BOOG, M. C. F. Problematização como estratégia de educação nutricional com adolescentes obesos. **Caderno Saúde Pública**, v. 22, n. 5, p.923-931, 2006.

RODRIGUES, S. E. C. **As representações sociais sobre o ensino da psicologia da educação e suas contribuições para a formação superior**. Belém: Universidade Federal do Pará. 2006. Disponível em: <http://www.ppged.belemvirtual.com.br/arquivos/File/dissertacoes2006/Sonia_Eli.pdf>. Acesso em: 25 jun 2015.

SANTOS, L.A.S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, v.18, n.5, p.681-692, 2005.

SANTOS, L.A.S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Ciência e saúde coletiva**, v.17, n.2, p. 455-462, 2012.

SBP - SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Obesidade na infância e adolescência**: Manual de Orientação . 2.Ed. São Paulo: SBP. 2012. 142 p.

SBP - Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento de Nutrologia. **Manual de orientação: alimentação do lactente, alimentação do pré-escolar, alimentação do escolar, alimentação do adolescente, alimentação na escola**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento de Nutrologia, 2006. 64 p.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito da Representação social nas obras de Serge Moscovici e Denise Jodelet. **Anos 90**, Porto Alegre, n.13, 2000.

SILVA, D. O.; RECINE, E. G. I. G.; QUEIROZ, E. F. O. Concepções de profissionais de saúde da atenção básica sobre a alimentação saudável no Distrito Federal, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.18, n.5, p. 1367-1377, set-out, 2002.

SILVA, M.X.; SCHWENGBER, P.; PIERUCCI, A.P.T.R.; PEDROSA, C. Abordagem lúdico-didática melhora os parâmetros de educação nutricional em alunos do ensino fundamental. **Ciências & Cognição**, v.18, n.2, p.136-148, 2013.

SOUSA, P.M.O. **Alimentação do pré-escolar e escolar e as estratégias de educação nutricional**. (Monografia). Curso de Especialização em Qualidade em alimentos. Brasília, DF: UNB/ CET, 2006.

TIMÓTEO, J. Município de Água Boa. **Jornal Livre**, 2009. Disponível em:<<http://www.jornallivre.com.br/295600/municipio-de-agua-boa.html>>. Acesso em: 15 outubro 2015.

TRICHES, R.M.; GIUGLIANI, E.R.J. Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. **Revista de saúde pública**, v. 39, n.4, p.541-547, 2005.

UNIFESP. Comunicação – Assessoria de Imprensa. Sugestões de Pauta. **Evento Inédito discute papel da propaganda na obesidade infantil**, 2005. Disponível em:<www.unb.br/fs\creche\introducao2.htm>. Acesso: 01 setembro 2015.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para a elaboração e realização**. 10.ed. São Paulo: Libertad, 2002 (cadernos Pedagógicos do Libertad, 1)

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.

VENTURINI, A.M.; THOMASI, K.B. A feminização na educação infantil: uma questão de gênero. **Revista Científica Digital da FAETEC: EDU. TEC**, v; 1, n.1, 2013. Disponível em:< <http://www.faetec.rj.gov.br/desup/index.php/edutec>>. Acesso em: 01 agosto 2015.

ZANCUL, M. S. **Orientação nutricional e alimentar dentro da escola: formação de conceitos e mudanças de comportamento**. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP. 2008

7. ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (RESOLUÇÃO 466/2012)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada “**Alimentação e Nutrição: conhecimentos de educadores do município de Água Boa – Minas Gerais**”. Ao final da leitura e das explicações, caso você concorde em participar da pesquisa, por favor assine no local determinado, e rubrique as demais folhas (caso haja).

A JUSTIFICATIVA, OS OBJETIVOS E OS PROCEDIMENTOS:

O objetivo da pesquisa é avaliar o conhecimento dos educadores sobre alimentação e nutrição, e verificar como a partir destes conhecimentos podem ser desenvolvidas ações de educação em saúde e nutrição, dentro dos temas transversais propostos pelas Diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ministério da Educação, nas escolas do município em estudo.

Para a coleta de dados da pesquisa serão realizadas entrevistas, com roteiro estruturado, com os educadores do município. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas. Todo o procedimento será realizado de maneira a garantir o anonimato do participante.

DESCONFORTOS E RISCOS E BENEFÍCIOS: Durante a gravação da entrevista, você pode sentir um desconforto pessoal, mas este procedimento é necessário para garantir uma transcrição fidedigna da sua fala. Contudo, você não será identificado nominalmente e todo o conteúdo de sua participação é sigiloso.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa, etc serão enviados para você e permanecerão confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada (a Instituição onde ficarão guardados os registros, é a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ) e outra será fornecida a você.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS:

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador.

Este TCLE atende as determinações da **Resolução 466/2012**.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Assinatura do participante

Assinatura do responsável pela pesquisa

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE:
(para indivíduos vulneráveis como crianças, adolescentes, presidiários, índios, pessoas com capacidade mental ou com autonomia reduzida devem ter um representante legal, sem prejuízo de sua autorização).

Eu, _____ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. A aluna Heloisa Helena Silva Rocha Magalhães, certifica-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Em caso de dúvidas poderei chamar a estudante Heloisa Helena Silva Rocha Magalhães, Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Instituto de Agronomia, da Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro-RJ, situado à BR 465 - Km 7 – Seropédica – RJ – Brasil – 23897-000.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome	Assinatura do Participante	Data
Nome	Assinatura do Pesquisador	Data

ANEXO II



QUESTIONÁRIO



Prezado (a) Professor(a),

Este é um questionário para coleta de dados de uma investigação desenvolvida por uma aluna do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pedimos que colabore conosco respondendo as questões conforme as orientações prestadas. Suas informações são muito importantes para o desenvolvimento do Projeto. Obrigada!

A- Perfil dos educadores

1) Sexo: a. () Masculino; b. () Feminino;

2) Idade: _____ anos

3) A sua renda como professor corresponde a que faixa salarial?

a. () R\$ 724,00; b. () R\$ 724,00 a 1.448,00; c. () R\$1.448,00 a 2.172,00; d. () R\$2.172,00 ou mais;

B- Atuação profissional

4) Tempo de experiência como:

a. Educador: _____ anos b. Educador na rede municipal: : _____ anos

5) Há quanto tempo integra o quadro de docente da escola que leciona atualmente? _____

6) Leciona para que ano escolar?

a. () Educação infantil: _____ b. () Educação fundamental: _____

7) Você faz parte do colegiado escolar? a. () Não b. () Sim. Se sim, há quanto tempo?

8) Com relação a sua formação profissional, assinale a(s) alternativa(s) abaixo:

a. () Magistério (Ensino médio)

b. () Graduação. Curso superior em: _____

c. () Pós-graduação? c.1. () Especialização; c.2. () Mestrado; c.3. () Doutorado.

d. () Outros cursos: _____

9) Durante a trajetória de sua formação profissional, houve alguma abordagem sobre Educação Alimentar e Nutricional?

a. () Não b. () Não recorde c. () Sim, fale-me em que momento

10) O que você entende como Educação Alimentar e nutricional?

11) Existe algum projeto de Educação Alimentar e Nutricional na sua escola?

a. () Não b. () Desconheço c. () Sim,
qual? _____

12) Em sua opinião, é importante trabalhar a Educação Alimentar e Nutricional na escola? Fale-me a respeito.

13) Você trabalha sobre a temática de alimentação e nutrição nas suas aulas?

a.() Não b. () Às vezes c.() Sim. Fale-me sobre o assunto trabalhado e de que maneira é trabalhado:

14) Para você, o que é alimentação saudável?

15) Você conhece o Projeto Político Pedagógico da sua escola? a.() Não b.() Sim. Se sim, existe a temática de alimentação e nutrição neste? a.() Não b.() Sim c.() Desconheço.

16) Que atividades pedagógicas de educação alimentar e nutricional podem ser utilizadas na escola?_____

17) O que você gostaria de saber mais sobre alimentação e nutrição?_____

ANEXO III

PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMISSÃO DE ÉTICA NA PESQUISA DA UFRRJ / COMEP

Protocolo Nº 598/2015

PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado "*Alimentação e nutrição: conhecimentos de educadores do Município de Água Boa, Minas Gerais*" sob a responsabilidade da Profa. Luciana Helena Maia Porte, do Departamento de Administração e Turismo, Instituto Multidisciplinar, processo 23287.001421/2014-36, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

UFRRJ, 14/05/2015.

Prof. Dr. Jairo Pinheiro da Silva
Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação
Jairo Pinheiro da Silva
Pró-reitor Adjunto de
Pesquisa e Pós-Graduação
SIAPE nº 1109025